Quinta parte

As novas sociedades

Manoel Bomfim

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BOMFIM, M. As novas sociedades. In: *A América latina: males de origem* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 181-262. ISBN: 978-85-99662-78-6.
<https://doi.org/10.7476/9788599662786.0006>.

This work is free of known copyright restrictions. <http://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/>

Este trabalho está livre de restrições de direito de autor e/ou de direitos conexos conhecidas.
<http://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/>

Esta obra está libre de restricciones conocidas de derechos autorales. <http://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/>

QUINTA PARTE

AS NOVAS SOCIEDADES

Elementos essenciais do caráter; raças colonizadoras; efeitos do cruzamento

A crueldade nativa do homem, depois de se exercer sobre os animais, procura livre curso nas lutas de homem a homem. Além disto, o falso princípio da dignidade humana teve como corolário a crença na superioridade de certas raças quanto a outras e na legitimidade da perseguição destas pelas primeiras. É em nome desta crença que os povos ditos civilizados pilham e massacram as raças menos cultas.

Haeckel

I

Estão estudados os efeitos do parasitismo das metrópoles sobre o caráter e a história das nacionalidades sul-americanas. Completemos esse estudo de psicologia social analisando os outros elementos, cujas influências concorrem na formação do caráter desses povos colonizadores; assim como o caráter e a influência das outras raças – indígenas e africanas, e os efeitos do cruzamento.

As nacionalidades peninsulares, cuja evolução é paralela e quase idêntica, e cujo gênio difere, apenas, por ligeiras mudanças de temperamento – essas nacionalidades se destacam na história, à parte o parasitismo, por duas qualidades primordiais: uma hombridade patriótica, intransigente, irredutível, levando os indivíduos a todos os heroísmos e resistências; e um extraordinário poder de assimilação social. Desta hombridade patriótica derivam todos os exageros e perversões guerreiras dos povos ibéricos, as desvairadas expansões e conquistas; daí nasceu o *condotierismo* e os *Cids*, na península; é nisto que se alimentam, em parte, as infinitas revoltas e o caudilhismo americano. A preocupação de independência nacional e de avassalamento de povos, esse vigor de intransigência nacional, domina toda a vida social – política, estética, religiosa. Há, no caráter coletivo da nacionalidade, uma certa “nobreza

monumental”, igualmente acentuada nos indivíduos. É a *indômita energia* que unifica a península à custa de uma luta de oito séculos; é em nome dessa *nobreza monumental* que as nacionalidades resistem aos vencedores de toda a Europa, quando já pareciam mortas.

Em nome desses sentimentos, no da nação ofendida, principalmente em nome dessa fibra de independência, íntimo fundo do caráter peninsular, os espanhóis organizaram a guerra santa da independência. Abatido, corrompido, abandonado o povo pelos seus reis, encontrou ainda em si a energia vital suficiente para expulsar os invasores (...) A guerra tomou um caráter primitivo, e os aguerridos batalhões imperiais recuavam com medo diante dessas guerrilhas, que faziam de cada garganta das montanhas uma cilada, dos poços covas, e das ruas das cidades cemitérios...

Essa mesma violência na resistência se encontra nos povos sulamericanos; é um zelo de independência nacional, às vezes doentio, outras vezes ingênuo e retumbante, mas em todo caso irredutível, orgânico, instintivo, acendendo-se facilmente, explodindo brutal e feroz à ameaça de qualquer sonhado perigo.

No entanto, apesar dessa preocupação de soberania nacional e de independência pessoal, as raças ibéricas mostraram possuir uma força de assimilação de que não se tem exemplo em nenhum outro povo da Europa. Não se conhece outro caso de se fundirem, assim rapidamente e tão perfeitamente, raças tão diversas e tantas, como na península. Para ali concorreram elementos étnicos mais dessemelhantes que esses, ainda hoje isolados e em constantes conflitos nos Bálcãs, na Macedônia, na Hungria. Apesar disto, a população da península é hoje mais homogênea que a da Inglaterra e de outros países da Europa. Com toda a sua tão citada superioridade, os ingleses não conseguiram assimilar os celtas da Irlanda, nem os holandeses do Cabo, nem os franceses do Canadá.

Este poder de assimilação deriva de uma grande plasticidade intelectual e de uma sociabilidade desenvolvidíssima, qualidades preciosas para o progresso, e mercê das quais estas nacionalidades seriam hoje entre as primeiras do Ocidente, se não tivessem derivado para o parasitismo que as degradou. Essa degradação, porém, não será absoluta; o parasitismo social não ocasiona modificações orgânicas como o parasitismo biológico; seus efeitos são de ordem moral, devidos a um conservantismo desvairado a que as classes sociais se aferram, e à falta de observação da vida real. No

momento em que falte a presa, e seja mister viver segundo as leis naturais, neste momento, passada a agitação crítica da mudança de regime, as populações podem refazer a sua educação social, corrigindo os vícios havidos na tradição parasitária, e entrar para o progresso; é uma questão de reeducação. É isto o que sucederá à Espanha, e sucederia a Portugal, se lhe não restassem, pela África, uns salvados do seu passado império colonial, à custa dos quais ele pretende reconstituir o antigo viver parasitário. Refazer um “Brasil na África” é o pensamento dominante na antiga metrópole, desde que o Brasil clássico desapareceu. “Perdido o Brasil”, comenta Oliveira Martins,

voltamo-nos agora, a ver se a África pode dar-nos os meios de custearmos as despesas de um país pequeno e mediocrementemente abastado (...) Holanda do extremo Ocidente, radicada no corpo da Espanha como ela o está no corpo germânico, só num ponto de apoio externo podemos fundar o alicerce de uma independência excepcional; só à custa dos recursos coloniais poderemos, talvez, satisfazer as múltiplas e dispendiosas exigências da organização econômica, científica e moral, hoje inseparáveis e indispensáveis à existência de uma nação.

Esse pensamento conquistou os próprios literatos de profissão: Portugal, simbolizado por Eça de Queirós no fidalgo desbriado e alcoviteiro, descendente degenerado dos heróicos Ramires, depois de ensaiar a vida no reino, entre as misérias que ela lhe oferece ali, desanima, volta as costas à península, e vai refazer a existência, o caráter e a fortuna em África; lá, surge ele rico, retemperado, poderoso... Essa obstinação em persistir eternamente como nação parasitária, esta afirmação de serem incapazes de se manter entre os povos cultos, subsistindo à custa dos próprios recursos, como vivem tantos outros povos europeus – esta afirmação é uma injúria que os portugueses fazem a si mesmos, injúria contra a qual protestam naturalmente os espíritos verdadeiramente adiantados dali, injúria contra a qual protesta esse Norte de Portugal, tão laborioso e tão amigo da liberdade. Todavia, a obsessão colonial, entretida pela saudade das eras parasitárias e, sem dúvida, pelo natural amor a um passado heróico e glorioso, vem impedindo que o velho reino efetue a sua reorganização econômica definitiva. Enquanto não se refaz o sonhado império africano, vai ele vivendo tristemente dos vinhos ardidados e ásperos a que os armazéns portugueses dão saída no Brasil, do vinho do Porto que a

Inglaterra lhe compra e, principalmente, das rendas que a colônia brasileira, numerosa e rica, encaminha para ali.

Transplantadas para a América, as gentes da península transmitiram as suas qualidades distintas às novas populações. Aqui encontramos essa mesma plasticidade intelectual e essa mesma sociabilidade, acaso mais desenvolvida ainda. A assimilação dos povos se tem feito, até entre raças radicalmente distintas – brancos, pretos e índios. É por isso que, apesar das distâncias, da extrema disseminação dos povos e da falta de comunicações, há menos diferença entre o brasileiro de Manaus e o de Santa Catarina que entre um bretão e um marseilhês; o alemão de Saxe se distingue melhor do de Hamburgo que não se distingue o venezuelano do argentino.

II

Fora tolice supor que sejam somente essas influências hereditárias, recebidas dos povos ibéricos, que pesam sobre o caráter das populações latino-americanas; estas são as predominantes, dir-se-ia, mesmo, as determinantes; mas é inegável que as raças indígenas, no geral, e os negros africanos, nos países onde esta emigração foi grande – que tais elementos influíram também na fisionomia moral e intelectual das novas sociedades, se bem que numa proporção muito mais reduzida do que se pensa. Há duas razões para que esta influência não fosse muito sensível. Em primeiro lugar, os indígenas e negros, sendo povos ainda muito atrasados, não possuíam nem qualidades, nem defeitos, nem virtudes, que se impusessem aos outros e provocassem a imitação. Almas rudimentares, naturezas quase virgens, eram eles que, nesse encontro e entrecruzamento de raças, sofriam a influência dos mais cultos, e os imitavam. Estes povos primitivos se distinguem, justamente, por um conjunto de qualidades negativas – inconsistência de caráter, leviandade, imprevidência, indiferença pelo passado etc., à proporção que progridam, a civilização irá enchendo estes quadros vazios. Vem daí a sua grande adaptabilidade a qualquer condição de vida (de vida, e não de morte – como essas que se ofereciam aos negros e índios escravizados). Por isso, misturadas a outros povos, a influência que exercem estas raças é uma influência antes renovadora que diretriz. Expliquemos essa metafísica: são gentes infantis, que não possuem irredutíveis qualidades de caráter, e resistem menos ao influxo de idéias

novas que as populações cultas, sobre as quais pesam tradições históricas especiais e uma civilização determinada. Os animais rudimentares são muito mais variáveis e adaptáveis que aqueles de organização complexa; os povos jovens são muito mais progressistas – adaptáveis – que os povos feitos, presos a um passado, que ora os seduz, ora os domina, e, em geral, lhes entorpece a marcha para o futuro: as tradições acumuladas, os hábitos e costumes de uma adaptação completa ao viver de outrora, formam uma bagagem muito pesada para quem pretenda correr após o progresso. Por isso, ao misturarem-se com outras gentes, já caracterizadas e fixas, as raças rudimentares e maleáveis lhes transmitem uma certa dose de “receptibilidade” moral, quebra-lhes um pouco essa dureza de caráter social, facilitando-lhes um renovamento, um progresso mais rápido. Quanto às qualidades positivas, próprias, que eles possuam, estas são tão reduzidas, tão poucas, em comparação às novas qualidades adquiridas, que não se fazem quase sentir, principalmente se lhes são em opostas; o influxo das idéias e sentimentos irá pouco a pouco modificando o caráter primitivo, e, no fim de um certo número de gerações, o que resta das qualidades essenciais da raça menos culta é bem pouco – bem pouco para influir na diretriz que seguirá a nova sociedade saída desse encontro. Além desta primeira razão, temos que os índios e negros não gozavam da mesma liberdade que os brancos; não gozavam de nenhuma. Eram forçados a contrariar o seu caráter e moldar-se ao dos povos ibéricos, não só pela natural sugestão das gentes mais cultas sobre as incultas, como porque a isto os forçavam ativamente. Não eram livres de dar expansão ao seu gênio e temperamento, nem mesmo no seio dos seus – a prole não lhes pertencia. Viviam a serviço dos brancos, e governavam-se pelo querer e pelos sentimentos destes.

Reduzida, porém, como é, não se pode desconhecer a influência dos selvagens – pretos e índios. Pelo que vem dos africanos, ela se exprime por uma certa afetividade passiva, uma dedicação morna, doce e instintiva, sem ruídos e sem expansões. Cativos, martirizados, eles se enforcam em séries, atiram-se às caldeiras de garapa fervente – o suicídio é o fato comum; é por exceção que matam o senhor algoz. Relativamente, são raríssimas as vinganças e represálias. A escrava martirizada ontem pela senhora toma-lhe hoje o filho e o cria, amorosa, solícita, com o cuidado e a ternura da maternidade desinteressada. Ainda hoje, os descendentes destes

escravizados de três séculos afagam por aí, com o seu carinho esquecido e submisso, o egoísmo do branco absorvente.

De par com estas qualidades, citam-se os clássicos defeitos dos negros: submissão incondicional, frouxidão de vontade, docilidade servil... Tais qualidades são antes o efeito da situação em que os colocaram. Pensem na mísera condição desses desgraçados, que, jovens ainda, ignorantes, de inteligência embrionária, são arrancados ao seu meio natural e transportados a granel, nos porões infectos, transportados por entre ferros e açoites, a um outro mundo, à escravidão desumana e implacável!... É como se, a nós, nos atirassem à Lua!... Heróicos foram eles de resistir como resistiram. A história das revoltas dos negros nas Antilhas, a história de Palmares e dos quilombos ali estão para mostrar que não faltava, aos africanos e seus descendentes, nem bravura, nem vigor na resistência, nem amor à liberdade pessoal. Se, hoje, depois de 300 anos de cativeiro (do cativeiro que aqui existia!), esses homens não são verdadeiros monstros sociais e intelectuais, é porque possuíam virtudes notáveis.

III

O indígena americano, quanto a qualidades positivas, se caracteriza por um amor violento à liberdade, uma coragem física verdadeiramente notável e uma grande instabilidade intelectual, direi mesmo uma grande instabilidade de espírito. Esse amor à liberdade é, no índio, essencial, irrefletido, sem nenhuma preocupação de tradições históricas, nem de dignidade pessoal – é uma questão de necessidade orgânica. Por mais forte que fosse a boa vontade dos colonos, não conseguiram nunca reduzir o indígena a um cativeiro regular, isto é, a esse cativeiro que é a cessação absoluta da liberdade. A isto o índio resistiu sempre, ferozmente – matando, trucidando, fazendo-se matar, deixando as carnes no tronco e nas algemas, mas buscando a toda hora a liberdade... E nos aldeamentos dos frades, nas missões e reduções? Como é que, aí, foi possível conservá-lo e fazê-lo até progredir, desenvolver-se em extensão, e, de uma certa forma, em cultura?... Isto prova tão-somente que o índio não é uma raça refratária à disciplina social, incapaz de aceitar uma direção, e de dobrar os seus instintos e tendências, segundo as exigências de um meio social mais adiantado. É o que os pueblos e as reduções vêm demonstrar. O índio podia

viver ali, e progredia, sujeito mesmo a uma disciplina social meticulosa, porque não lhe seqüestravam toda a liberdade, como nas senzalas dos colonos senhores. Os frades fanatizavam os índios, exploravam-nos, mas tratavam-nos como homens; dadas as necessidades e apetites intelectuais e morais dessas almas rudimentares, a liberdade de que dispunham nas missões podia satisfazê-las; não há comparação possível entre o viver que lhes era dado ali e as doçuras do cativeiro sob o chicote dos colonos; aqui desaparecia o homem, restava uma besta, que saía do estábulo para o jugo e do jugo para o estábulo. E o índio não se adaptava à situação da besta, sob essa forma elementar, como o queriam os senhores: reagia, e era terrível na reação, exatamente porque possuía esta coragem física que forma a segunda das suas qualidades positivas, e que é, também, uma virtude orgânica, independente de qualquer influxo de amor-próprio.

A coragem, no índio, é feita sobretudo de uma quase absoluta indiferença pela dor física e pela morte – é a impassibilidade. Isto lhe tira ao heroísmo todo o brilhantismo; são temerários sem arrojo, são valentes sem galhardia; são, principalmente, obstinados, ferozmente obstinados. A guerra do Paraguai, na qual uma nação insignificante, de um milhão e pouco de habitantes, resiste, durante cinco anos, ao ataque combinado, encarniçado de três nações vizinhas, vinte vezes mais fortes do que ela, e resiste até que tenham sucumbido todos os homens válidos, e grande parte dos velhos, adolescentes e mulheres – até morrerem na luta 2/3 da população – essa guerra é um dos mais extraordinários exemplos de resistência coletiva que se conhecem. O modo pelo qual aqueles descendentes de guaranis afrontavam a morte é especial, deles. Resistência comparável a esta só a dos jagunços brasileiros, em Canudos. Esses jagunços – como a generalidade da massa popular dos nossos sertões – são mestiços, nos quais domina o sangue do caboclo indígena. Canudos, uma vila de uma centena de casebres, com uns 200 homens capazes de combater, depois de haver destruído duas colunas de tropas regulares, resistiu, por mais de dois meses, a um corpo de exército maior de 4 mil homens, das três armas; e resistiu dizimando-os. Só de oficiais pereceram, por bala, em Canudos, algumas dezenas. A povoação teve que ser tomada, casa a casa; cavaram fumas e de dentro delas as gentes se defendiam como feras... Não houve prisioneiros – morreram todos selvaticamente bravos. Chega a ser um espetáculo triste!... Triste, mas que revela, nesses homens, uma coragem literalmente indomável. Lançou-se petróleo nas fumas, e ateou-se fogo (...)

e eles não se rendiam!... É horrível!... “(...) Na guerra civil de 93, no Brasil, os soldados e marinheiros caboclos se destacaram pela valentia e intrepidez. De lado a lado, eram valentes até às últimas”. Tal é o testemunho unânime dos oficiais que participaram da ação.

A instabilidade de espírito, tão notável nessa raça, é uma qualidade que se explica justamente pelo grau de evolução mental: o espírito ainda não amadurecido, não educado nos longos esforços de atenção e tenacidade. São móveis, instáveis como crianças, porque têm o espírito infantil. Tal qualidade, mesmo quando fora um defeito, é certamente corrigível pela educação.

Os outros traços característicos da raça são os que acusam as qualidades negativas: desinteresse, indolência etc., apontadas como defeitos imperdoáveis por todos esses que desejariam ver o caboclo a devorar-se na labuta, para enriquecer... o país, quer dizer: o intermediário parasita, o senhor de engenho, o dono da mina... Acatemos as louváveis intenções e santas aspirações desses abnegados, mas reconheçamos que estes defeitos todos são devidos simplesmente à falta de educação social. Ensinem-lhe a trabalhar, inspirem-lhe desejos novos, mostrem-lhe que há gozos superiores – a conquistar pelo trabalho, convençam-no, e, principalmente, saibam dar as garantias de que, trabalhando, eles vêm trabalhar para si... e o caboclo aceitará, e se habituará a trabalhar. Educado, no Paraguai, o indígena mostrou-se regularmente laborioso e disciplinado. As civilizações do México e do Peru, da América Central e da Califórnia provam que estas raças sabem trabalhar e produzir; a civilização sino-japonesa, apuradíssima e antiga, é obra exclusiva desta raça amarela, de onde são originários os indígenas americanos.

Acusam-nos ainda de perfídias, crimes sanguinários... Pérfidos – porque havendo recebido como crianças descuidosas os primeiros aventureiros, estes lhes pagaram a hospedagem arvorando-se em senhores; empunhando um calabrote e tocando os desgraçados: que trabalhem, dia e noite, para eles colonos; e, se relutam, o relho, a palmatória, o tronco, a corrente, o jejum, ali estão para amansar-lhes as resistências. Organizam-se as bandeiras, matam-se milhares de indivíduos para captar 200 ou 300 escravos... É assim que procedem os que destroem a dinamite todos os cardumes de um remanso, a fim de apanhar duas ou três dúzias de tainhas e robalos... E o indígena, quando percebeu as doçuras do regime que lhe

ofereciam, quando sentiu a crueldade, respondeu no mesmo tom. Conhecia o país, estava na própria casa, e preferiu reagir, desembaraçando-se dos seus verdugos por qualquer forma. Vingou a morte e a ferocidade com a ferocidade e a morte. São cruéis os índios?!... Ainda que eles o quisessem, não chegariam nunca às sublimidades de crueldade com que os brancos – as gentes da Europa civilizada – têm horrorizado o mundo. Não há, nos feitos da crueza indígena, nada comparável às atrocidades dos espanhóis em Cuba e na própria Espanha, nas masmorras da Inquisição ou nos cubículos onde apodrecem os anarquistas. Nada comparável ao proceder dos ingleses em Cartum, e mesmo nas Índias; ou dos americanos nas Filipinas, ou dos portugueses nas Índias, dos alemães na África, na Polônia e na China; ou dos franceses no Senegal, dos russos na Sibéria...⁶² Foram os índios que inventaram o matar 4 mil prisioneiros à baioneta a fim de poupar pólvora?... Manter dois guardas, um mês, dia e noite, ao pé de um prisioneiro para o não deixar adormecer um momento?... Vazar 30 litros de água de sabão, à força, no estômago de um indivíduo, até que, sem forma, tumefato, o líquido se filtre por toda a superfície do corpo?... Cortar os narizes e as mãos a 400 prisioneiros, cujo crime é o de ter riquezas que foram pelos algozes roubadas? Assar as gentes por partes, um membro cada dia?... Pobres indígenas! Falta-lhes a cultura da inteligência, a riqueza de imaginação para achar os requintes de atrocidade que os europeus sabem inventar.

Chamam-nos pérfidos... Nunca o foram; a má-fé, a torpeza do branco, é que os levou para aí. Ameaçados de um extermínio completo, caçados como bestas, defenderam-se como puderam. Não é no índio, pervertido pelo contato e pela ferocidade do colono, que se devem buscar as qualidades reais, essenciais da raça; é no índio do primeiro momento, confiante, hospitaleiro, ingênuo, tal como o descrevem quantos trataram com ele, então: “Se alguém lhes acenava se queriam vir às naus, faziam-se logo prestes para isto, de tal maneira que se os homens todos quisessem convidar, todos viriam (...) de maneira que são muito mais amigos nossos

⁶² Na Manchúria, os russos atam os chins pelos rabichos, e atiram-nos assim ao rio Amur, impedindo-os depois de vir à tona; têm-se encontrado *cachos* de centenas, assim afogados. Vigné d’Octon, médico da marinha francesa, diz que os *atiradores senegaleses* despedaçavam os indígenas vencidos, triturando-lhes as faces, vazando os olhos, *serrando* os seios às mulheres com sabres velhos... (E. Spalikowski, *La colonisation et la paix*).

que nós deles”⁶³. Assim se refere o primeiro português que tratou com os indígenas americanos e que sobre eles escreveu. E, logo ali, para mostrar como eram humanos e compassivos, os navegadores lusitanos abandonam, neste mundo totalmente desconhecido, dois patrícios, degradados, “para que aprendam a língua dos indígenas e possam posteriormente prestar serviço aos que voltem por aqui”. São canibais os índios?... Tanto pior: arranjem-se...

Ficaram em terra dois portugueses, dois degradados, Afonso Ribeiro e outro (...) Vendo afastar os nossos, sentindo-se abandonados, em terra estranha, entre homens desconhecidos, cuja palavra não compreendiam, cujos sentimentos não podiam calcular, os degradados romperam num choro convulsivo, como quem via afastar com os navios um pedaço da pátria, talvez a esperança de a tornar a ver! E os índios, esses pobres selvagens que ninguém entendia, compreenderam aquelas lágrimas, e manifestando a bondade inata no coração humano, vieram animá-los mostrando ter muita piedade deles!

São estes os homens que os portugueses posteriores acusam de cruéis e perversos, e que a ciência sociológica de Oliveira Martins condena ao extermínio, e cujo cativo e martírio aprova – por serem *inferiores*!... Inferiores a quem? Aos portugueses?!...

IV

Este parágrafo – *inferioridade* de raças – é o mais interessante. Ao examinar a influência de cada uma das raças sobre as novas sociedades, importa pouco o estudo das qualidades positivas dos selvagens e dos negros; o essencial é saber qual o valor absoluto dessas raças, em si – a sua capacidade progressista: se são civilizáveis ou não. Tanto vale discutir logo toda a célebre teoria das raças inferiores. Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes.

⁶³ Carta de Caminha, dando conta da descoberta do Brasil.

É de todos os tempos: que o homem, possuindo a força e o poder, não pense em outra coisa senão em deles se servir para obrigar os outros a trabalhar, e para arrancar-lhes os frutos desse trabalho. Nisto se resume a história de todas as guerras. Este é o regime normal no passado, aceito por todos os fortes: os explorados são miseráveis demais, não têm mesmo direito de se queixar; os exploradores, estes não têm de que se queixar. Com a evolução da moral, porém, foi aparecendo quem reclamasse contra essa injustiça generalizada. Na Índia, a religião, na Grécia, a filosofia, realçaram os espíritos, encaminhando-os para uma justiça mais humana e liberal. Depois, na Palestina, surgiram apóstolos novos, pregando aos homens uma religião que os consideraria como iguais, desprezando todos os preconceitos de pátria, de onde derivam as tiranias e explorações. A moral, porém, andava muito baixa ainda, e toda igualdade oferecida aos homens se referia, apenas, a uma vida futura; neste mundo, eles deveriam resignar-se às iniquidades, aceitando todas as dores – seria o caminho mais curto para este reino de justiça e de glória no além-túmulo. Com isto, o cristianismo entregava o mundo, mais do que nunca, à tirania e à iniquidade: para que lutar pela justiça, nesta vida, se na outra é que reside a justiça perfeita e imperecível? Para que resistir e fugir ao mal, se este é o caminho para a felicidade futura, se pelas dores se conquista a glória na outra vida?... Demais disto, derivando para o proselitismo, a doutrina de Jesus tornou-se a inimiga, a contraditória, a sufocadora dessa bela filosofia greco-latina, onde já se delineava a moral verdadeiramente humana, garantidora do progresso social. Tudo isto foi abafado pelo barbarismo a serviço da política cristã, degenerando a religião do igualitário da Judéia no mais formidável instrumento de opressão moral e política que tem existido. Ficou o mundo entregue à fereza dos maus – condes ou bispos – e, à sombra dessa religião, as injustiças se continuaram e se acumularam. Mas a idéia da igualdade tinha conquistado uma boa parte do sentimento humano; a moral continuou o seu progredir em torno desta noção, e, quando a consciência humana ressurgiu livre, não tardou em aparecer quem pedisse para os homens um reino de justiça e de igualdade neste mundo mesmo, visto como não há razões legítimas e naturais para que uns vivam sobre os outros, visto como o reino futuro de igualdade e ventura é mais que problemático – espécie de reparação ilusória com que se comprariam as resignações dos miseráveis, e com que se iludiria a fome e a sede de justiça das almas sinceras e piedosas... Em face destas reivindicações, que formam a essência mesma da moral moderna, o egoísmo dos fortes teria que ceder: “Os

homens são iguais, não devem uns explorar os outros”. Iguais?... refletiu a filosofia dos dominadores. – “E se nós pudéssemos contestar uma tal igualdade?... Estamos no século da razão e da ciência, recorramos à ciência, e provemos que os homens não são iguais”. Voltaram-se, então, os sociólogos do egoísmo e da exploração para a história contemporânea, e encontraram que, no momento – como em todos os tempos, os homens não se apresentavam no mesmo estado de desenvolvimento social e econômico: havia uns mais adiantados do que outros, uns já decaídos, outros ainda na infância; e, sem hesitar, traduziram eles esta desigualdade atual, e as condições históricas do momento, como a expressão do valor absoluto das raças e das gentes – a prova da sua aptidão ou inaptidão para o progresso. A argumentação, a demonstração científica, não chega a ser pérfida, porque é estulta; mas foi bastante que lhe pudessem dar esse nome de Teoria científica do valor das raças, para que os exploradores, os fortes do momento, se apegassem a ela.

Há povos superiores e povos inferiores, pois que, neste momento, há uns que são mais cultos, e mais ricos e poderosos, do que outros. Estes, se se mantêm ainda na barbaria, é porque são incapazes de progredir; os que decaíram são povos decrepitos, esgotados; formam uns e outros a categoria dos inferiores; só os adiantados neste século, só estes, devem ser considerados aptos para o progresso.

– concluiu a etnologia privativa das grandes nações salteadoras. Assim, foi admitido que há povos melhores do que outros, que há raças nobres e vis, e que somente aquelas eram capazes de atingir o ponto culminante do desenvolvimento e da cultura; as outras são condenadas a vegetar na mediocridade, na abjeção – não atingirão jamais as altas esferas da ciência, arte, filosofia e riqueza. E, daí, a conclusão lógica de que os mais perfeitos e nobres devem governar os outros. Chegada a esta descoberta, a sociologia dos egoísmos combinados não parou; a violência dos apetites obscureceu todas as noções de justiça, e os tais sociólogos proclamaram sem reboços o emprego da força bruta como a suprema sabedoria – o despotismo e a opressão como a condição natural da espécie humana. Levada à prática, a teoria deu o seguinte resultado: vão os “superiores” aos países onde existem esses “povos inferiores”, organizam-lhes a vida conforme as suas tradições – deles superiores; instituem-se em classes dirigentes e obrigam os inferiores a trabalhar para sustentá-las; e se estes o não quiserem, então que os matem e eliminem de qualquer forma, a fim de ficar a terra para os

superiores: os ingleses governem o Cabo, e os cafres cavem as minas; sejam os anglo-saxões senhores e goza dores exclusivos da Austrália, e destruam-se os australianos como se fossem uma espécie daninha... Tal é, em síntese, a teoria das raças inferiores.

De acordo com esses *princípios*, os indígenas americanos, os pretos africanos, os negróides e malaio da Oceania, foram declarados “inferiores”, em massa. Para estes o julgamento é definitivo; a sociologia oficial da Europa e dos Estados Unidos decretou que eles são “inferiores”, pois que se acham todos em estado social inferior ao dos outros povos: “As *grandes* nações devem ir colonizar-lhes as terras”. Até aqui, a teoria tem uma certa lógica, na aparência, e estaria tudo muito bem discriminado, se, nas suas explorações e tiranias, os europeus só se encontrassem com os negros e índios e malaio. A teoria não deixaria de ser falsa e imoral, mas não seria inconseqüente, se eles não competissem também entre si, e se, lá mesmo na Europa, não pretendessem dominar uns aos outros. É aqui que aparecem principalmente as extravagâncias e absurdos da teoria. Diz ela que os superiores devem governar os inferiores – porque estes são incapazes, absolutamente incapazes, de atingir uma civilização adiantada; ao mesmo tempo, proclama que os anglo-saxões são os “superiores” porque dominam hoje dois terços da Terra. Destarte, a superioridade da raça, que devera ser definitiva para que a teoria possa prevalecer, deixa de ser definitiva. Estes, que são superiores hoje, eram inferiores há dois séculos; a superioridade de então pertencia aos espanhóis e portugueses. Outra extravagância: os anglo-saxões são superiores porque conseguiram criar nos Estados Unidos uma nação prodigiosamente próspera; mas, no Canadá, serão inferiores, pois que a colônia, ali, se arrasta mesquinha e reduzida, dez vezes menos populosa e cem vezes menos rica que os Estados Unidos. Os ingleses são superiores, porque a Inglaterra mantém os celtas da Irlanda subjugados e impotentes; o celta é superior porque expulsou o inglês da França; os ingleses são superiores a todos os povos porque dispõem de uma população de marinheiros, carvão e ferro em abundância, que lhes facilitaram o formar uma armada com que dominam os mares, seriam inferiores se os bôeres em vez de serem 500 mil, apenas, fossem dois ou três milhões... E é em nome desta superioridade que eles se impõem ao domínio do resto das sociedades sul-africanas!... É em nome desta teoria – de superioridade de raça – que os franceses dominam a Argélia, e organizam, ali, para os indígenas, tribunais especiais – para distribuir uma

justiça diferente da justiça concedida ao colono francês, porque o indígena é “inferior”. Justificando este regime, o senador francês, pela Argélia, M. Gerente, argumentou com todo o sério:

...Assim como, num jardim, não se trata uma flor como uma árvore, nem um veterinário cura de um pequeno animal como de um grande, assim também, na sociedade, o indígena, tendo uma *cerebralidade*, uma educação e uma civilização diferentes das nossas, deve ter direitos diferentes dos nossos. Esta concepção dos direitos naturais não está, de forma nenhuma, em oposição com a dos direitos do homem...

Esta diferença dos direitos consiste em que o colono francês tem direito de despojar o indígena das terras, obrigá-lo a trabalhar como assalariado, e enviá-lo, por intermédio dos tribunais repressivos, para os presídios, quando o indígena recalcitra. Agora, sabem quem é este indígena – inferior, e em nome de cuja inferioridade a França tem o direito de assim proceder?... É o árabe... O árabe, cuja civilização, nos séculos de barbaria da Europa, resumia toda a ciência e riqueza do mundo ocidental!... Pois não vemos, hoje, admitido pela quase unanimidade das antropologias e etnologias a *superioridade* dos famosos “dolicocéfalos louros” da Europa – alemães, ingleses, suecos etc., sobre todos os povos da Terra, inclusive os outros da própria Europa?!.... Porque as nações por eles constituídas são, hoje, mais fortes e ricas, ei-os proclamados superiores a esses próprios “morenos” do Mediterrâneo, que produziram a civilização ocidental – tudo que nela se encontra de belo e de efetivamente original. Os tais louros seriam superiores à raça de onde saíram esses gregos – os criadores da arte, que levaram a poesia e as artes plásticas a um grau de progresso que ainda não foi ultrapassado; os fundadores de uma filosofia na qual a ciência moderna, ainda hoje, vai aprender, porque ali estão formulados todos os bons métodos, indicados todos os problemas de que os homens se têm ocupado até agora, e sugeridas todas as hipóteses com que os sábios modernos têm construído suas teorias; de tal forma que não há grande verdade, na filosofia atual, que não tenha sido pressentida ou afirmada por esses gregos; foram eles os organizadores das ciências abstratas; eles – Aristóteles e Hipócrates – que orientaram a ciência no sentido da observação, mercê da qual os modernos têm podido chegar aos maravilhosos resultados e descobertas de que nos orgulhamos; eles, os grandes propugnadores dos direitos da natureza humana, reconhecidos

pelos seus grandes filósofos e jurisconsultos!... Seriam superiores ainda, os tais dolicocéfalos louros, a estes latinos, que instituíram a vida civil, segundo a qual ainda hoje se regem os povos; superiores a esses “povos morenos” de onde saiu a moral do amor, e da igualdade entre os homens!... Que é que há no progresso humano que não tenha sido criado por esta *raça morena*, hoje tão destratada? Arte, ciência, filosofia, direito, moral, tudo criado por eles. A idade moderna vai melhorando, aperfeiçoando, continuando a obra deles; mas não lhe têm ajuntado nem um capítulo novo. Não admira, portanto, o ver proclamar-se esta inferioridade, quando, na própria França, certos filósofos, ofuscados pela grandeza dos ingleses, ou doidos pela vitória última dos alemães e pela extensão que este conseguiram dar ao seu comércio, não hesitam em decretar a superioridade de uns e de outros. Os franceses, vitoriosos por mais de dois séculos, superiores, até então, aos alemães, passaram desde logo a essencialmente inferiores – porque um regime político transitório ou um governo incompetente os levou a uma derrota; a França, que no Ocidente moderno produziu a civilização mais completa, vem a ser *inferior* – porque não tem uma esquadra como a dos ingleses, nem tinha, em 1870, um exército da mesma força que o dos alemães... Eis as conseqüências da teoria da superioridade das raças, eis o seu valor. Os povos europeus impõem-se à China porque são *superiores* – e, entre eles, admitem os japoneses, antiga colônia chinesa!...

V

Deixemo-los, por lá, a esses diversos tipos de superioridade variável, e examinemos a teoria aplicada ao que nos importa. Na constituição orgânica dos povos sul-americanos, entra uma grande dose de sangue indiano, e, em algumas das novas nacionalidades – Cuba, Brasil... – entra, também, um forte contingente de elementos africanos. Se, de fato, estas duas raças são inferiores, quer dizer, incapazes de alcançar o grau de perfeição próprio à civilização que ora apresentam os vários povos europeus, é lógico que as nacionalidades da América Latina participarão dessa inferioridade. Já vimos que a teoria, em si, não vale grande coisa; todavia, há uma tal unanimidade nos sociólogos a serviço dos fortes, em chamar de “inferiores” a estas raças, que é mister discutir miudamente as suas apreciações. Os argumentos de que se servem os tais sociólogos são: 1)

que os indígenas e negros têm sido exterminados – eliminados – pelos brancos, o que prova serem eles inferiores; 2) que estes povos são, geralmente, muitíssimo mais atrasados que os brancos; são todos ainda selvagens ou bárbaros, e este atraso geral tem como causa, certamente, uma inferioridade étnica essencial.

Como apoio ao primeiro dos argumentos, invoca-se a teoria evolucionista de Darwin – a luta pela vida e a sobrevivência dos mais aptos. Oliveira Martins, sentindo a necessidade de justificar as torpezas dos colonos portugueses sobre os pobres índios e negros no Brasil, e as que se projetam (ele mesmo projetou) para o futuro, na África, escreve, com a solenidade e a convicção de quem possui a última palavra da ciência: “As guerras com os indígenas da América⁶⁴ e da África representam na história o que ela teria presenciado (se já houvesse história nesses tempos remotos) nas invasões da Europa pela raça branca⁶⁵. Nessa luta contra os aborígenes vê-se o processo pelo qual a natureza, forçando a uma seleção, foi gradualmente desenvolvendo a capacidade e o império dos seres

⁶⁴ Oliveira Martins, Joaquim Pedro de, *O Brasil e as colônias portuguesas*, 3ª ed., p.20.

⁶⁵ Oliveira Martins quer referir-se à muito falada emigração na Europa das raças vindas dos platôs da Ásia Central – a célebre *teoria ariana*, teoria que ninguém, hoje, aceita, teoria “mais literária que científica”, no dizer de Zaborovski, que, numa conferência, em 8 de novembro de 1902, na Escola de Antropologia de Paris, demonstrou exaustivamente a inanidade e o disparate dessa teoria, segundo a qual “a história da raça ariana ensinaria a história da espécie humana, segundo a qual esta raça viria estendendo-se dos trópicos da Índia até os círculos polares da Groenlândia”. Houve um tempo, continua o conferencista, “em que os antropologistas não combatiam estas hipóteses e explicações sumárias (...) Letourneau, mesmo, conservara uma certa predileção pela opinião, outrora reinante, sobre as origens arianas. Ele supunha que ondas de emigrantes arianos haviam refluído sobre a Europa para misturar-se ali aos primitivos ocupantes (...) Foi certamente Quatrefages quem mais contribuiu para entreter estas ilusões; deu-lhe grande força, em razão da sua autoridade (...) Ele aceitava as convicções dos filósofos, tais como as formulava Renan, por exemplo... Mas não foi assim que as coisas se passaram, estamos certos. Tais emigrações eram impossíveis. (...) Quanto às raças brancas, pode-se afirmar que nem uma só teve o seu berço na Ásia Central”. Não menos categórico é Topinard: “Há arianos (*L'Anthropologie et la science sociale*, 1900, p.229) na lingüística, mas não há raça ariana; assim como há franceses, sob o ponto de vista de língua, mas antropologicamente não há raça francesa”. É o *parce sepultis* da famosa teoria ariana, sobre a qual tantas outras se construíram, e à qual o sociólogo lusitano se acolheu também, para explicar que os colonos portugueses tinham razão em tratar os negros e índios como os trataram. Não lhe façamos carga de haver jurado sobre uma teoria que tinha por si os sábios de mais renome; mas consignemos que o *simile* por ele invocado não prevalece.

superiores...” Aí vem, nas entrelinhas, o nome respeitado de Darwin, servindo para pleitear a causa da injustiça e da violência. Como se vê, a concepção é a mais simples possível: “São eliminados?... é porque são inferiores; assim mesmo é que devera ser – é a seleção natural...” “Pobre Darwin! Nunca supôs que a sua obra genial pudesse servir de justificação aos crimes e às vilanias de negreiros e algozes de índios!... Ao ler-se tais despropósitos, duvida-se até da sinceridade desses escritores; Darwin nunca pretendeu que a lei da seleção natural se aplicava à espécie humana, como o dizem os teóricos do egoísmo e da rapinagem. Ele reconheceu que os seres vivos lutam pela vida; mas esta expressão “luta” não tem, na teoria, o sentido estreito a que reduzem os espíritos acanhados; luta pela vida quer dizer, para ele, tendência a viver, esforço para conservar a vida e propagá-la, e não, simplesmente, conflito material, agressão cruenta. Os processos empregados pelos seres, nesta luta, são inúmeros, e inúmeros são os tipos que resistiram e venceram sem ser por meio de luta física. Não é só isto; quanto à espécie humana, ele não deixou a aplicação da sua teoria nesse vago, que permitiria aos filósofos do massacre justificar todos os crimes, e escreveu, no primeiro volume da sua obra *Descendência do homem e seleção sexual*, 271 páginas para explicar bem que, na evolução da espécie humana, na evolução social em geral, à luta se substitui o concurso entre os seres da mesma espécie. Ali acompanha ele, demoradamente, o progresso moral e social, e mostra como este progresso se faz pelo desenvolvimento crescente dos sentimentos altruísticos, pela solidariedade cada vez mais forte entre os homens, sendo isto o que lhes confere superioridade; e designa como o termo deste progresso – a solidarização de todos os povos, combatendo, assim, tudo que se possa opor à harmonia e unificação da espécie humana. É aí, nessas páginas, que o genial naturalista sustenta que as sociedades se devem ocupar dos velhos, inválidos e enfermos, nutri-los e defendê-los, por mais inúteis que sejam, porque, destarte, se cultivam e se desenvolvem os sentimentos altruísticos, mercê dos quais se faz o progresso social. Foi Darwin o primeiro a romper com a clássica filosofia inglesa, que vem desde Bacon, Hobbes, Locke, A. Smith até Stuart Mill e Spencer, e que formula como base da moral o utilitarismo. Para ele, a base da moral é o pendor natural- o instinto altruístico – que leva o homem a procurar a companhia dos seres da sua espécie, a comprazer-se nessa companhia, e a interessar-se por eles, fora de qualquer cálculo, ou de motivos egoísticos; e proclama, tal como Auguste Comte, uma base orgânica, instintiva, para a moral. Quão diferentes são estas idéias daquelas que Oliveira Martins

pretende existir na filosofia do grande naturalista!... Certamente o escritor lusitano nunca leu as cartas de Darwin, escritas depois de ter demorado no Brasil, e de conhecer, por si mesmo, uns e outros: o negro, inferiorizado pela pirataria evolucionista, e os que o cativaram, e cuja superioridade bem se exprime pela grandeza da invenção – o tráfico dos africanos...⁶⁶ Devia ter lido, para ver o horror e a indignação humanitária com que ele se refere à abjeção e iniquidade desses homens, que, em nome de uma suposta superioridade, cometem sobre criaturas humanas tais crimes.

Não vale o peso da tinta com que o exprimem, esse primeiro argumento: da superioridade, provada pela seleção natural e pela eliminação dos inaptos, isto é, os mais fracos. Admitir que os mais fracos, entre os homens, são sempre os inferiores, nos levaria a extravagâncias inconciliáveis: os espanhóis e os portugueses eliminaram, rechaçaram, na península, os mouros e os árabes – os espanhóis são essencialmente superiores; os mouros-árabes rechaçaram os espanhóis e os portugueses na África, e resistiram-lhes sempre – os mouros-árabes são essencialmente superiores; os espanhóis e os portugueses expulsam e eliminam definitivamente os holandeses do Brasil – os espanhóis e os portugueses são

⁶⁶ Trechos de duas cartas de Darwin, escritas de Maldonado: “Verifiquei a grande força com que a opinião pública se manifesta e se eleva gradualmente, nas eleições contra a escravidão. A Inglaterra terá direito de orgulhar-se se for a primeira nação da Europa a abolir-la inteiramente. Antes da minha partida da Inglaterra, diziam-me que as minhas opiniões, a esse respeito, se modificariam quando eu houvesse vivido em um país onde existissem escravos. A única modificação que em mim se deu, que eu saiba, é que estimo muito mais o caráter do negro. É impossível ver um negro sem sentir-se a gente atraída para ele. Têm fisionomias alegres, francas, honestas, o corpo soberbamente musculoso. Nunca pude olhar um desses enfezados portugueses, com o seu aspecto sanguinário, sem desejar, por assim dizer, que o Brasil siga o exemplo do Haiti... Há, no Rio, um sujeito, cujos títulos ignoro, e que recebe um largo salário para impedir, suponho, o desembarque de escravos. Ele vive em Botafogo, e, no entanto, durante a minha estada aí, foi naquela baía que desembarcaram a maior parte dos escravos de contrabando. Convinha procurar saber qual é a sua função; entre os ingleses das altas classes, era este o principal assunto de conversa. Maio, 1833”.

“(…) Alegria-me o coração saber como vão marchando os acontecimentos aí. Hurrah! pelos honestos *whigs*. Creio que eles não tardarão em atacar essa monstruosa mancha de nossa tão decantada liberdade: a escravidão colonial. Conheço, agora, bastantemente a escravidão e o caráter dos negros, para estar sobejamente enojado das mentiras e das asneiras que a esse respeito se ouvem na Inglaterra. Felizmente os *tories* – esses corações de gelo, que, segundo o dizia J. Mackintosh, não têm entusiasmo senão contra o entusiasmo – esses, pelo momento, estão afastados. Junho, 1833”. (*La vie et la correspondance de C. Darwin*, trad. de H. C. Varigny, t.I, p.281-283).

superiores; os holandeses vencem e expulsam definitivamente os portugueses da Índia, os holandeses são superiores... Os abissínios vencem e expulsam os italianos, os abissínios são superiores aos italianos; os turcos venceram os gregos e estabeleceram-se definitivamente em Constantinopla e na Ásia Menor, os turcos são superiores aos gregos!...

Quanto ao caso dos americanos: os incas e os astecas foram vencidos?... “Logo, são inferiores”, conclui doutoralmente o evolucionista português. Não reflete ele nas condições históricas dos dois povos – espanhóis e americanos. Aqueles provinham da Europa, onde, cercados de nações adiantadas, organizadas, guerreiras e ameaçados por elas, assaltados, investidos, tiveram que se fazer também aguerridos, tiveram que se militarizar. Os outros viviam entre os povos inorganizados, fracos, viviam descansados, estavam absolutamente despercebidos de elementos militares. Nestas condições, se se encontram em luta, os espanhóis vencerão fatalmente, sem que esta vitória signifique uma superioridade essencial de raça. Na realidade, a tal superioridade se exprime assim: depois de massacrar uma população por meio de balas dum-dum, incendiar casebres, destruir plantações, e colher alguns despojos, impor aos sobreviventes uma escravidão disfarçada, e acabar por destruí-los, derramando entre eles o alcoolismo, a sífilis e outras moléstias, nervosas e contagiosas...⁶⁷

Revolvamos agora, um pouco, o segundo argumento, que se resume em afirmar: que os índios e africanos são “incapazes” de atingir a um grau de perfeição moral e social comparável aos dos povos cultos atuais. Que é que prova serem eles assim incapazes e inferiores?... “O fato de se manterem até agora selvagens ou bárbaros”. É esta a única prova positiva apresentada. Um tal modo de raciocinar é idêntico ao de um grego do século de Péricles, que, ao contemplar o estado de barbárie absoluta, de abjeção e atraso, dos povos todos que posteriormente formaram a

⁶⁷ É o que reconhecem e proclamam, mesmo na Europa, todos os espíritos justos e generosos: “Nós levamos aos infelizes pretos, sob o nome pomposo de civilização, não somente o álcool, mas o estupro, o incêndio, o assassinato; por toda parte, sob as mentiras decorativas, aparece, brutal, a soberania da força” (*G. Seailles*). – “A colonização é, talvez, o que melhor nos mostra a grande falha do século XIX: a prática de uma patente hipocrisia para evitar a responsabilidade de uma ferocidade real” (*William Morris*). – “A conquista das raças chamadas inferiores não é mais, com efeito, que um horrível massacre, covardemente praticado contra homens fracos e desarmados, contra crianças, que não pedem senão que as deixem crescer” (*E. Girauld*).

Alemanha, Áustria, França, Inglaterra, Países-Baixos, Bélgica, Escandinávia, Rússia e Estados Unidos – e atendendo à distância social entre eles e os atenienses, concluiu-se que aqueles bárbaros eram essencialmente inferiores, e declarasse incapaz de progredir essa raça de onde deviam sair Newton e Shakespeare, Leibniz e Rembrandt, Pascal e Moliere, Bacon e Darwin, Pasteur e Auguste Comte, Goethe e Tolstoi e Ibsen, e todos os gênios da civilização moderna... Mal se compreende como esses homens confundem assim, lastimosamente, as “alternativas históricas dos povos” com “inferioridade definitiva de raças”. Demais, será verdade que os indígenas americanos não tenham dado nenhuma prova de que sejam capazes de atingir a uma civilização superior? Não; há na história a demonstração categórica da perfectibilidade social destes povos. Ao desembarcarem na América, os espanhóis encontraram aí dois impérios, cujo estado de civilização era superior ao da Europa central no século IV, ou no V. Esta civilização era obra exclusiva das raças indígenas, e ela nos diz, sem contestação possível, que, se estes povos puderam sair da selvageria primitiva e alcançar o grau de organização social em que estavam, poderiam muito bem avançar até chegar ao mesmo estado de civilização e cultura de que se orgulham os europeus. Em matéria de evolução social, é muito mais difícil vencer a selvageria primitiva e vir a formar uma sociedade organizada e disciplinada, como a dos incas e astecas, do que, partindo daí, levar a cultura moral e intelectual ao grau em que a possuem as sociedades da Europa. Por que razão o indígena americano seria refratário à civilização?... No Paraguai, uma população, cuja maioria é composta de elementos guaranis, atingiu a um grau de progresso social que, no momento, era bem superior ao das populações vizinhas. Não fosse a guerra, a perseguição injustificável do governo imperial do Brasil, e aquele povo seria hoje uma glória da América do Sul. Não faltam às raças indianas nenhuma das qualidades susceptíveis de cultura – nem atividade intelectual, nem inclinação social. “Todas as raças”, diz Topinard, “favorecidas pelas circunstâncias, podem progredir”; e esta afirmação ele a faz justamente a propósito dos índios americanos, e não a faz sem salientar a ignorância ou a falsidade dos elementos em que se baseiam os que proclamam a inferioridade e degradação dessas raças.⁶⁸ E

⁶⁸ A este propósito, o antropologista cita o caso de um “autor que indica os Caraíbas do Orenoco como os selvagens mais primitivos, e faz deles uma descrição horrível”. Topinard trata de saber onde o autor colheu as suas informações: fora na obra de um viajante – que

continua: “Todo o grupo – de indígenas – metodicamente observado, oferece traços humanos, consola dores, e qualidades de que se não desconfia”.

VI

E o negro?... A este – pois que tem a pele preta e o cabelo encarapinhado – a ciência sociológica dos descendentes dos negreiros condena mais furiosamente ainda: *Raças completamente inferiores e gravemente diversas* – considera-as Oliveira Martins. “O pensamento de chamar essas raças a uma civilização para que a natureza as não dotara, foi uma das nobres quimeras...” Para o escritor-estadista, só tem o negro um préstimo – trabalhar como besta para sustentar a malandrice do branco. Não vale repetir os textos nos quais ele insiste em achar muito naturais “os processos com que as raças superiores (sem modéstia) escravizaram ou exterminaram sempre as inferiores (...) essa lei que na sociologia produz, pela seleção, os tipos superiores e na história as civilizações...” Paremos aqui, e desmascaremos já este sofisma. Alega o sociólogo lusitano, e com ele todos os da escola da inferioridade das raças negras e índias: “É legítimo que o branco escravize e extermine o negro, porque é assim que as coisas se passam na natureza...” “Não; não há tal. Há luta na natureza, é verdade, entre os seres animados, que se disputam um lugar na vida; mas esta luta, mesmo quando é cruenta e direta, o que é raríssimo entre indivíduos da mesma espécie – mesmo quando é direta, nunca se faz no sentido de um grupo obrigar o outro a trabalhar para si. É possível que os lobos e chacais disputem entre si as presas – os mais ágeis e vigorosos vencerão, farão melhores caçadas, prevalecerão, subsistirão, enquanto os outros, mais fracos, desaparecem. Será assim... É isto o que se vê. O que se vê, porém, na natureza, em circunstância nenhuma, é uma alcatéia de lobos, ou mesmo um formigueiro de amazonas, organizando-se, dando caça a indivíduos da mesma espécie, escravizando-os, obrigando-os pela força a trabalhar para nutri-los – aos senhores, ou eliminando-os sistematicamente, quando os fracos se negam a trabalhar; o que se não vê na natureza, entre os seres da

não chegara nunca a ver um Caraíba; e, lida mesmo esta obra, ele verifica “não haver no livro nenhum elemento motivando a descrição detalhada” do tal autor. Este autor é Letourneau (*Topinard, op.cit.*, pág. 157).

mesma espécie que vivem em sociedade, é a divisão destes em dominantes e dominados, exploradores e explorados. Querem dar aos conflitos humanos e sociais a mesma significação que os conflitos animais, querem chegar às mesmas conseqüências, querem apelar para as lutas bestiais dos seres inferiores para legitimar as devastações cruentas? Então coloquem-se os homens nas mesmas condições de igualdade em que lutam as feras e as bestas. Quando o chacal disputa a carniça a outro chacal faz valer apenas os seus recursos próprios; não há nem o renome de família, nem afortuna herdada, nem o prestígio de classe, dando a um deles tal superioridade que o faz vencer, quando, individualmente e isolado, ele seria vencido pelo seu competidor. Na espécie humana, as condições da luta não são as mesmas, por isto as conseqüências não devem ser as mesmas; se a sociedade e a civilização concordarem, dando a uns vantagens de que eles pessoalmente são destituídos, a sociedade e a civilização devem intervir, também, para não consentir que, na marcha pela vida, os que se acham momentaneamente mais fortes massacrem os mais fracos, tal como fazem as feras com os seres de outras espécies.

Ainda há pouco, o teorista do massacre proclamava que os fortes e exterminadores são sempre os superiores; agora, ele invoca uma falsa analogia para afirmar que “é à custa dos massacres e das lutas cruéis que se faz o progresso, e que é indispensável a luta entre os homens a fim de que a humanidade se aperfeiçoe – pela vitória dos mais aptos”. Serão efetivamente os mais perfeitos que vencem geralmente? Não – responde a realidade da vida; o que vence é a iniquidade, o egoísmo, a perfídia, a ferocidade. São estas as qualidades que se desenvolvem nestes conflitos e massacres, onde só as tendências vis se exaltam – os ódios, as invejas, os ciúmes, que mais se apuram à proporção que a inteligência cultivada veio juntar o cálculo e a reflexão a essas lutas. Na disputa dos grupos e pessoas humanas entre si, nascem justamente, ou se reforçam os sentimentos que perturbam e embaraçam o progresso; tais disputas avigoram os instintos egoísticos, obstáculo ao desenvolvimento das virtudes sociais por excelência – a justiça, a fraternidade. O resultado último da civilização deve ser a eliminação das dores e a conquista da felicidade; toda a luta de indivíduo a indivíduo se reflete no seu interior por uma dor, que nenhuma vitória compensa. É aberração moral pretender que a luta e os conflitos preparem o progresso social, que só pode vir pela cooperação dos esforços e pela harmonia dos sentimentos!.... Se o homem só pode viver e florescer

porque encontra uma sociedade, isto é, uma união, um concurso de vontades, como admitir que a luta, onde se gera a desunião dos elementos desta sociedade, possa provocar o progresso?!...

Extraordinários, estes moralistas e sociólogos que esperam melhorar, aperfeiçoar o homem, fazendo-o voltar justamente à primitiva condição animal!... Se o homem conserva ainda esses instintos, que trouxe do seio das florestas, o empenho deve ser para eliminá-los. É pelo esforço na luta, não há dúvida, que o homem progride; mas a luta é contra a natureza, e, nesta luta, só a união dos esforços garante a vitória. O papel do homem, na civilização, é conquistar esta mesma natureza, impor-se a ela, e dar à evolução a marcha que lhe parecer melhor para a conquista de um ideal; e não o entregar-se às brutalidades da fera, para a qual o futuro não tem significação; e não o entregar-se a essas brutalidades sob a alegação de que elas são naturais nos outros animais. “*Il est dangereux*”, já no-lo dizia Pascal, “*de faire voir à l’homme combien il est égal aux autres bêtes, sans lui montrer sa grandeur*”. Demais, a verdade é que, mesmo entre os animais, não são os mais fortes os que sobrevivem e triunfam, e sim os mais inteligentes, e sobretudo os que, mesmo fracos, se achegam uns para os outros, amparando-se num mútuo apoio. – Os mamutes e mastodontes extinguiram-se, as formigas multiplicaram-se. Nem sempre a força é garantia da sobrevivência e do triunfo; perseguidos são os ratos e os leões, estes desaparecem, aqueles enxameiam... Só não sabem disto esses que só se voltam para a natureza, querendo achar nela justificativas para a própria maldade: “*En voulant imiter ce que nous appelons l’injustice de la nature, nous risquons de n’imiter et de ne favoriser que notre propre injustice*” (Maeterlinck).

Não é só tolice ou má-fé, senão também calúnia, o assimilar os conflitos dos animais inferiores entre si aos dos seres humanos uns com os outros; é uma deturpação grosseira e imoral da teoria de Darwin. Querem ver como falam os verdadeiros darwinistas? Leiam Büchner, por exemplo.⁶⁹

⁶⁹ Nos reinos animal e vegetal, a luta pela existência é uma causa de progresso, porque ela traz sempre o triunfo do mais apto. Mas bem diverso é o que sucede ao homem vivendo em sociedade. Ele acha, desde que vem ao mundo, todos os bons lugares ocupados no banquete da vida. Se a família, a posição, a fortuna herdada não lhe vêm auxiliar, ele é condenado a pôr as suas energias a serviço dos que possuem, e aos quais a sociedade garante o livre gozo dos seus bens. Destarte, não é geralmente o *melhor* ou o mais capaz quem triunfa, mas o

Para fazer calar os que ainda aceitam essa deturpação – de que Oliveira Martins foi o propugnador principal em português, apresentemo-lhes uma página copiada ao próprio Oliveira Martins. Tiramo-la do mesmo capítulo em que ele afirma serem os negros seres *abjetamente inferiores, na inferioridade incontestável* da sua raça; e considera, ainda, baldados os esforços para trazê-las à civilização. Isto ele o diz agora, e logo, linhas adiante, descrevendo a insurreição dos negros de Palmares, a verdade e os fatos o levaram a traçar um quadro onde se verifica possuírem estas gentes uma prodigiosa, uma excepcional capacidade e aptidão para o progresso social.

De todos os protestos históricos do escravo, Palmares é o mais belo, o mais heróico. É uma Tróia negra, e a sua história uma Ilíada. Foi a ocupação dos holandeses que deu lugar à formação da república dos escravos. O abandono das fazendas pelos senhores, e mais tarde o armamento dos negros para expulsar os invasores, eis as causas imediatas da organização deste grande quilombo. Em 1630, quarenta negros guinês, escravos de Porto Calvo, refugiaram-se nos Palmares, coisa de 30 léguas para o interior de Pernambuco, e fortificaram-se. Como os romanos, captaram as sabinas, índias e mestiças dos arredores. Principiaram por viver das *razzias* das plantações próximas, dos saques dos fazendeiros. Assim viviam os romanos. Palmares era o asilo dos escravos fugitivos, como também o fora Roma e os conselhos medievais; crescendo em número, constituíram-se em sociedade, tinham um rei, o *zambi*, um cristianismo copiado dos jesuítas, *e leis que foram escritas por um Numa preto*. À maneira que prosperavam, abandonavam a pilhagem, fazendo-se agricultores. Lavraram e comerciaram; e os fazendeiros dos arredores, vendo-se

mais rico, o mais poderoso, o que é mais favorecido pela sua posição social, ou aquele que, pela dobrez de caráter, sabe melhor acomodar-se às circunstâncias. Nesta luta sem mercê, todas as vantagens estão de um lado, todas as desvantagens do outro, e é por exceção que certos indivíduos conseguem elevar-se das camadas mais baixas da sociedade às situações invejáveis. Em realidade, este fenômeno é comparável à luta pela vida na natureza; mas na sociedade combate-se com armas de um valor muito desigual. Seria preciso, pois, igualar as ensanchas e substituir a luta de cada um contra todos, pelo combate levado por todos, *solidariamente*, contra todos os males que podem atingir a humanidade – contra a fome, o frio, a miséria, as privações, a moléstia, a velhice, os acidentes, a morte. Um tal estado de coisas, no qual o bem do indivíduo se tornaria mais ou menos idêntico ao bem do conjunto, poderia, parece-nos, ser obtido sem que as faculdades de trabalho de cada um tenham a sofrer” (*À l’aurore du siècle*, Büchner, trad. francesa de Laloy).

livres do incômodo antigo de vizinhos tão hostis, tratavam agora com a cidade nascente, vendiam-lhe fazendas e armas; assim as nações se formam, e Palmares MERECIA JÁ ESTE NOME quando, reconquistado e pacificado o Norte do Brasil o governo resolveu submeter a república (1695). Tinha ela então quatro ou cinco milhas de circuito; o recinto era fortificado por uma paliçada alta, à moda das aringas ou mocambas da África. Dentro havia as plantações; um rio com água abundante, frondosas bananeiras, campos de milho e mandioca. A população contava mais de 20 mil pessoas, das quais oito ou dez mil em armas esperavam os agressores. Caiu a república, destruída pelas armas portuguesas, mas caiu epicamente, como uma Tróia de negros. Vencidos, mortos, esmagados pela força, rotas as fortificações, aberto de par aos invasores o ninho da sociedade nascente, os palmarinos não se submeteram, suicidaram-se. O *zambi*, com os rotos destroços do seu exército, precipitou-se do alto de um penhasco, e os cadáveres dos heróis vieram rolando, despedaçados, cair aos pés dos portugueses vitoriosos. Os prisioneiros, voltados à condição miseranda, suicidavam-se, trucidavam os filhos e as mulheres; e quando lhes tiravam todos os meios de se matarem, deixavam-se acabar à fome. A Tróia dos negros foi arrasada, mas a memória dos seus heróis ficou e ficará como um nobre protesto da liberdade humana contra a dura fatalidade da natureza, cujas ordens impuseram à exploração da América a condição do trabalho escravo⁷⁰.

Este último período é a pura metafísica do parasitismo e do egoísmo: se a liberdade humana é uma realidade, ninguém tem o direito de inventar supostas “fatalidades e duras leis da natureza”, para, abusando da força, negar um lugar na vida a criaturas humanas, que tinham dado provas de ser tão dignas (porventura mais dignas coletivamente) quanto os seus opressores. Em vão, os doutrinários do parasitismo tentarão dar aparência de lógica e de ciência às suas alegações imorais; o falso verniz científico estala por todos os lados, e por toda a parte aparece o sofisma. Qual a dura fatalidade da natureza que obriga uma categoria de homens a não trabalhar, e a viver à custa do trabalho de outros?... “Dura fatalidade da natureza” é a que força os animais a viver dos alimentos elaborados pelos vegetais, porque o organismo animal é incapaz de tirar diretamente do mundo mineral a sua alimentação. Se houvesse entre certos organismos humanos –

⁷⁰ Oliveira Martins, Joaquim Pedro de, *O Brasil e as colônias*, p.64.

os tais “superiores”, e os outros, a diferença essencial que existe entre plantas e animais, então sim, o parasitismo seria – fatalidade natural; mas se eles são iguais, e igualmente aptos para o trabalho, por que razão devem viver estes à custa daqueles?... Os teóricos da exploração, se tentassem responder, cairiam nas contradições que enriquecem as dissertações de Oliveira Martins; por exemplo: considera o negro como abjetamente inferior, na inferioridade incontestável dos dotes de sua raça, e tão incapaz de progresso social que deve ser fatalmente eliminado sob o império dos seres superiores; depois, descreve a organização de uma sociedade desses seres inferiores, e, da história, como ele a conta, verifica-se que os pretos são gentes admiravelmente bem-dotadas sob o ponto de vista do progresso social. É maravilhosa, perfeita, quase ideal, a evolução dessa sociedade. O próprio historiógrafo sente-se entusiasmado pela perfeição daquela evolução; uma vez, duas, três, quatro... compara-a à evolução de Roma – do povo que formulou instituições civis tão perfeitas que se podiam aplicar a quase todos os outros povos! Há, naqueles palmarinos, uma energia de organização, uma aptidão social que os leva, quando prósperos, “a abandonar a pilhagem, fazendo-se agricultores”; isto é, conseguiram libertar-se das tentações parasitárias, tiveram forças bastantes para abandonar as práticas depredadoras e fazer-se agricultores, produtores – o que outros povos, “superiores”, não conseguiram... Assim se formam as nações, diz o detrator dos negros e índios; e é verdade: assim se formam as verdadeiras nações; e é por isso que, em 65 anos, palmares já merecia esse nome, contava 20 mil habitantes, e pôde opor aos carrascos parasitas 8 mil heróis.

Deixemos os filósofos do massacre; a sua filosofia já não ilude ninguém, e sofre hoje o descrédito que merece; deixemo-los, mas não sem lhes opor a opinião de um escritor que viveu entre os negros africanos, lá no interior da África, e que protesta

com veemência contra uma opinião, mais literária que científica, segundo a qual os negros seriam seres imperfectíveis, que se apresentariam amanhã tais como eram há 40 séculos. Por que recusar-se a reconhecer-lhes qualidades morais e físicas? Faidherbe, Gallieni, Barth, René, Caillié, Soleillet e muitos outros exploradores não contestam aos negros a posse de certas qualidades suscetíveis de serem desenvolvidas. Paul Soleillet vai mesmo até dizer que não existe no negro senão uma inferioridade de educação. A verdade é

que eles estão num estado de civilização muito semelhante ao dos nossos avós do século IV; terão que fazer esse longo caminho que os separa da civilização moderna. Não o poderão fazer bruscamente. E nós mesmos, não levamos longos séculos a aproveitar os tesouros acumulados pelas civilizações grega e romana?⁷¹.

Aponta-se contra os negros o caso da Libéria: e quantas nacionalidades brancas têm fracassado?... A história do desenvolvimento, progresso e cultura da raça negra nos Estados Unidos, apesar da guerra implacável da população branca, dá um testemunho bem eloquente em prol da aptidão dos negros para a civilização.

VII

Resta examinar, ainda, a influência especial da mestiçagem. Para alguns etnologistas, o cruzamento entre raças diferentes dá lugar à formação de populações inferiores a qualquer das raças progenitoras. É o que se denomina em biologia efeitos regressivos dos cruzamentos. Amparando-se a certos fatos observados em zoologia, pretendem alguns sociólogos que as nações sul-americanas padecerão, ainda, de uma inferioridade especial, devida aos cruzamentos em si. No entanto, a verdade é que não há observações positivas provando esta suposta influência perniciosa da mestiçagem. As opiniões neste sentido se baseiam numa analogia que se quer estabelecer entre a mestiçagem no homem e os cruzamentos de espécies animais diferentes, cruzamentos que fazem aparecer alguns caracteres considerados como ancestrais e regressivos. Ora, é bem de ver que a analogia não procede; tais caracteres ancestrais só aparecem no caso em que as espécies cruzadas são tão diferentes que só dão produtos híbridos – estéreis, como sucede com os muars. É aí que aparecem alguns, e insignificantes, caracteres regressivos, na pelagem. Mas, esses mesmos, são caracteres meramente físicos; por exemplo, não está demonstrado que o burro seja menos inteligente nem menos domesticável que o asno. Para concluir, destes fatos, que o cruzamento de raças humanas diferentes deva, forçosamente, provocar o aparecimento das qualidades morais grosseiras dos antepassados longínquos da espécie, será preciso que se verifique, pelo

⁷¹ *Revue générale des sciences pures et appliquées*, 30 de janeiro de 1903.

menos, o aparecimento simultâneo dos caracteres ancestrais de ordem morfológica – e tal não se dá. Não se vê, nos mestiços, nenhum traço fisionômico especial, novo, nenhuma modificação orgânica particular, que possa ser considerada como uma regressão ancestral. Como, então, admitir que deva haver forçosamente uma regressão moral e intelectual – quando, no entanto, o cruzamento se faz, não entre espécies diferentes, mas entre raças diversas, e quando, mesmo no caso dos animais (onde há esta regressão física), não existe a regressão intelectual?...

Estes são os argumentos teóricos, que nenhum valor teriam se a observação real lhes fosse contrária. Felizmente os fatos contradizem, também, as concepções dos teóricos detratores da mestiçagem. Ribot, que é perfeitamente imparcial e aceita mesmo tudo que dizem esses detratores, reconhece, pelo contrário, vantagens nos cruzamentos:

Notemos que entre as diversas nações há cruzamentos, a seu grande benefício, dizem uns, para seu grande mal, dizem outros. O que não é duvidoso é que as misturas de sangue devem modificar nuns certos limites o caráter nacional, ao passo que ele deve conservar-se intacto nos que se mantêm indenes de toda a mistura. São raríssimos, porém, os povos que têm podido, sem cruzamentos, durar e civilizar-se⁷².

Mas dizem uns: na América do Sul, o cruzamento foi funesto porque se fez entre raças essencialmente diversas, e “(...) a instabilidade perpétua das repúblicas hispano-americanas lhes parece uma consequência social dos cruzamentos...” Ora, quem conhece a história de tais repúblicas sabe que a causa é toda de ordem política; ela deriva exclusivamente das condições históricas da colonização. Cita-se, no entanto, a opinião dos poucos sábios que puderam apreciar *de visu* estas populações, e as julgam desfavoravelmente. Um dos tais, e dos mais categóricos, é Agassiz, que passou pelo Brasil em começo da segunda metade do século último, e assim se manifesta:

Aqueles que põem em dúvida os perniciosos efeitos da mistura das raças, e são tentados por uma falsa filantropia a quebrar todas as barreiras colocadas entre elas, deveriam ir ao Brasil. Ser-lhes-ia impossível negar a decadência resultante dos cruzamentos, que têm lugar nesse país mais largamente que em qualquer outro. Veriam que

⁷² Ribot, *L'Hérédité psychologique*, 4º ed., p.126.

essa mistura nulifica as melhores qualidades, quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produz um tipo mestiço, indescritível cuja energia física e mental se enfraquece (...) Respeitemos as leis da natureza, e, nas relações com os negros, mantenhamos em todo o rigor a maior integridade do seu tipo nativo e a pureza do nosso⁷³.

É horrível o que o naturalista da “imutabilidade das espécies” observou dos mulatos e mestiços brasileiros; certamente estas coisas ele as viu como viu, por aqui, os *traços do período glaciário*...⁷⁴ Não há razão para que nos impressionemos com os conceitos do sábio reacionário; ele andava por estes mundos com o propósito determinado de achar provas de que foi o Padre Eterno quem fez, bem separadamente, em momentos diferentes, cada uma das espécies existentes, e que elas são hoje o que eram quando saíram das mãos do obreiro lá dos céus; e sustentava que não há nenhum parentesco entre as raças... Um outro, Dally, geralmente citado, não chega a alegar fatos precisos, mantém-se nas alegações metafísicas: “Cruzar todas as raças humanas é ir contra o grande princípio da civilização: a divisão do trabalho. Cada raça pode achar sua adaptação...” Não se chega a atinar com as razões por que o cruzamento se opõe à especialização das funções e à divisão do trabalho; pelo contrário, a mistura de qualidades morais e intelectuais, na mestiçagem, pode dar lugar ao aparecimento de aptidões novas. “É bem possível”, diz Ribot, “que certos caracteres latentes, que aptidões novas se revelem pelo próprio fato do cruzamento...” Para discutir como homem de ciência, Dally devia provar que os mestiços são incapazes de se especializar em qualquer mister, demonstração um tanto difícil; todos sabemos que os há verdadeiramente exímios, em misteres especiais – músicos, pintores, matemáticos, artesãos, médicos... Cita-se também, correntemente, como contrária aos cruzamentos, a opinião insuspeita de Darwin. Ora, o que ele diz, como fato de observação própria, é, antes, favorável à mestiçagem:

Todos os viajantes têm notado a degradação e as más disposições das raças humanas cruzadas. Ninguém contestará que há mulatos tendo o caráter e o coração excelentes, e seria difícil encontrar uma reunião

⁷³ Agassiz, *Voyage au Brésil*. p.297.

⁷⁴ “Quanto ao Brasil, onde Agassiz acreditou encontrar os traços de um período glaciário. um estudo mais atento demonstrou que nada existe de semelhante”. *Traité de géologie*. p.1.363, por Lapparent, professor no Instituto Católico de Paris, e, por conseguinte, insuspeito quanto ao deísta Agassiz.

de homens mais doces e amáveis que os habitantes das ilhas de Chiloé, originários de uma mistura, em proporções várias, de índios e espanhóis. Por outro lado, impressionou-me o fato de que na América do Sul os homens provindos de uma complexa mistura de negros, de índios e de espanhóis, raramente tinham – qualquer que possa ser a causa – uma boa expressão. Por sua parte o grande Humboldt, que não partilhava nenhum dos preconceitos que reinam tão fortemente na Inglaterra contra as raças inferiores, exprime-se em termos enérgicos sobre as disposições selvagens dos Zambos ou mestiços de índios e negros, e muitos observadores têm confirmado o seu modo de ver. Estes fatos devem, talvez, fazer-nos admitir que o estado de degradação no qual se acham tantos mestiços pode ser atribuído, tanto a um retorno para uma condição primitiva e selvagem, determinada pelo cruzamento, como às detestáveis condições morais, nas quais eles se acham geralmente.⁷⁵

Como se vê, Darwin, que só estudava os fatos sob o ponto de vista de naturalista, e só procurava conhecer os “efeitos naturais” dos cruzamentos, é forçado a reconhecer que esse estado de degradação dos mestiços tem uma causa moral-social. É bem de ver que o seu juízo seria mais categórico se ele conhecesse, como nós, toda a história das longas misérias e infinitos martírios que, durante gerações e gerações, vieram cultivando e desenvolvendo nesses desgraçados todos os instintos de rancor e de ódio, obliterando-lhes as fontes de bondade... Existências e existências que se sucediam sem um afago, sem sentir em torno de si um gesto de carinho, sem ter ocasião de saber que existe a generosidade e o amor. Vem daí essa expressão de fisionomia, que tanto impressionou o genial inglês: é o ódio, o rancor, os martírios e as fúrias acumuladas por 300 anos; é essa herança de dores e desesperos, capazes de desorganizar qualquer natureza moral. Se Darwin as conhecesse em toda a sua história, nem pensaria em efeitos do cruzamento, e reconheceria que esses mestiços são, hoje, infinitamente melhores do que era de esperar. Um outro, Livingstone, diz: “Não se pode compreender por que os mestiços são muito mais cruéis que os portugueses, mas o fato é incontestável”. Ah! bem se vê que o célebre explorador desconhecia as façanhas dos negreiros portugueses, a história das Índias e das naus de Meca, os fastos da escravidão da colônia do Brasil. Far-se-ia uma biblioteca a relatar todas essas crueldades, cada qual mais repugnante,

mais horrível e degradante; é a dignidade humana ofendida em todos os seus sentimentos nobres: obrigavam-se os filhos a cortar de açoites as mães!... Em crueldade, raça nenhuma igualará, jamais, as brancas da Europa; esta superioridade é incontestada. Ao lerem-se as atrocidades bestiais que, ainda hoje, europeus praticam pelas cinco partes do mundo, todos temos de concluir, repetindo com o sábio da *Origem das espécies*:

...Devemos reconhecer que o homem, com todas as suas nobres qualidades, a simpatia que sente pelos mais desgraçados, a benevolência, que ele estende, não só aos seus semelhantes, mas, ainda, aos seres mais humildes; a inteligência divina que lhe permitiu penetrar os movimentos e a constituição do sistema solar – o homem, com todas essas faculdades de uma ordem tão eminente, conserva ainda no seu sistema corporal o cunho indelével de sua origem inferior.

Agora, antes de nos referirmos à nossa própria história e à sociedade em que vivemos, para a apreciação dos fatos em si, consignemos o parecer de outros sábios, cuja autoridade não é menor que a dos já citados, e que contradizem por completo essas opiniões malévolas sobre a mestiçagem. Waitz, Martin de Moussy e Quatrefages afirmam “que os mestiços são pelo menos iguais em inteligência aos seus progenitores de raça superior”. Este último – Quatrefages, refere-se nos termos mais encomiásticos às sociedades sul-americanas, onde a mestiçagem teria, no seu parecer, desenvolvido qualidades apreciáveis, e cita numerosos exemplos, sobretudo no Brasil, onde, não existindo preconceito de cor, os mestiços têm podido desenvolver as suas aptidões e têm mostrado “uma decidida superioridade artística sobre as duas raças mães. A quase totalidade dos pintores e músicos brasileiros pertencem à raça cruzada; muitos se tornaram notáveis em medicina (...) Na Venezuela os mulatos têm-se distinguido como oradores, publicistas, poetas (...) Os autores menos favoráveis aos mestiços”, conclui o citado antropologista, “reconhecem-lhes, sobretudo aos da América, muita inteligência, espírito e imaginação”. O capitão Beechey, havendo tratado com um povo de mestiços que se formou espontaneamente em Pitcairn, povo derivado de um cruzamento de polinésios e taitianos, assim se exprime: “É uma população notável pela força, agilidade, belas proporções, uma inteligência viva e pronta, e desejo ardente de instrução, e qualidades morais reveladas pelos mais tocantes

⁷⁵ Darwin. Charles Spencer, *Variação das espécies*, II. p.23.

exemplos. Incontestavelmente, essa sociedade, toda mestiça, era superior ao menos à grande maioria dos elementos que lhe haviam dado nascimento”.

VIII

Não há na história da América Latina um só fato provando que os mestiços houvessem degenerado de caráter, relativamente às qualidades essenciais das raças progenitoras. Os defeitos e virtudes que possuem vêm da herança que sobre eles pesa, da educação recebida e da adaptação às condições de vida que lhes são oferecidas. Consultem-se as estatísticas de qualquer cidade sul-americana, e ver-se-á que o número de delinquentes mestiços é, talvez, relativamente inferior ao dos criminosos de raças puras.

Quanto à inteligência, ninguém contestará que os há – mestiços – admiravelmente bem-dotados. São exceções, dizem. Sim, sem dúvida que são exceções; não é só entre os mestiços, mas por toda parte – os grandes talentos, os gênios, constituem exceção, formam uma minoria insignificante sobre a massa geral, banal, medíocre. Dar-se-á, por acaso, que a Inglaterra seja constituída de Shakespeares, Newtons e Bacons, ou que na Alemanha só haja Goethes e Gutenbergs?... Quando se diz que um povo é suscetível de um grande progresso intelectual, quer-se dizer que ele é capaz de produzir indivíduos de talento excepcional, porque o progresso – científico, filosófico, artístico – é obra de uma pequena minoria – os grandes talentos. Uma vez que numa raça – pura ou cruzada – tenha aparecido um desses talentos excepcionais, tem ela dado a prova bastante de que é suscetível de todo o progresso intelectual. É verdade que a América do Sul concorre numa proporção insignificante para esse progresso; mas isto é devido, não a um defeito ou a uma essencial inferioridade mental das populações, mas tão-somente às condições de atraso, à estreiteza do meio. Quantos séculos passou a Rússia sem produzir gênios, e a Suécia, e a Alemanha mesmo?... Os gênios dependem principalmente das condições do meio (Spencer); uma mesma raça, um mesmo povo, a mesma nação, tem períodos de fertilidade e períodos de penúria, segundo as vicissitudes da sua evolução.

Acusam-nos, aos mestiços – de cruéis, pérfidos... Para que repetir as crueldades e perversidades dos brancos e compará-las às que se alegam contra aqueles?.. Quem o quisesse fazer, verificaria que, relativamente, os mestiços são uns santos...

Acusam-nos, ainda, de indolentes, indisciplinados, imprevidentes, preguiçosos, defeitos que não são exclusivos dos mestiços, e pertencem ao geral das populações latinas da América. São defeitos mais de educação, devidos à ignorância em que vivem, ao abandono a que as condenam. Não trabalham porque não sabem trabalhar, não conhecem o valor do trabalho. Um cabra do sertão do Norte vive tão fora da civilização, vive tão parcamente, satisfaz-se com tão pouco, que não sente necessidade de morrer de fadiga. Para que esbofar-se, da manhã à noite, tangendo uma enxada de dois quilos, num massapê rebelde, se ele pode viver sem isto, se não saberia, sequer, o que fazer do preço desse trabalho? Como ter amor ao trabalho, quem não vê outra perspectiva senão a enxada, o machado, a foice, de sol a sol, pelo salário miserável de 800 ou 1\$000 réis? Não; em tais condições, ele não trabalha, não trabalhará nunca, a não ser que o escravizem. Ninguém trabalharia. Agora, instruem-no, abram-lhe o espírito, façam-lhe nascer vontades novas, necessidades superiores, ele terá estímulo para trabalhar, e irá exercer inteligentemente a sua atividade, não brutalmente – fazendo as vezes do boi e do cavalo, substituindo a charrua e o arado pela enxada. Seria muito curioso que o caboclo, cujo organismo físico e moral se satisfaz com uma xícara de farinha, uma raiz de aipim, um naco de requeijão, uma camisa, uma viola, um pandeiro e uma faca – que esse caboclo vá estafar-se, vender por uma miséria o seu labor ao fazendeiro ocioso, para ter o prazer e o orgulho de ser elogiado pelos incoerentes das classes dirigentes – para que o chamem de “trabalhador e interesseiro!...”.

Indisciplinados?... É possível; indisciplinados como os outros.

Todavia, se o fundo psicológico desses mestiços fosse qual o dizem, a vida seria impossível nestas sociedades, de organização rudimentar, onde a boa polícia é coisa desconhecida e onde a justiça se arrasta tardia e incoerente nas grandes cidades, e é nula nos sertões. No entanto, é fato reconhecido: nestes sertões, o crime é menos comum que nas cidades; o roubo quase não existe; os crimes de sangue têm por motivos todos esses preconceitos de falsa honra – uma hombridade estúpida, brutal, mas geralmente cavalheirosa. Só não é cavalheiroso o proceder do “branco”, do senhor, que, muita vez, explora a ignorância e a bravura do mestiço, fazendo o instrumento das suas vinganças. Matam, esfaqueiam em luta franca; não torturam a vítima, nem profanam o cadáver. Apesar de quantos defeitos lhes emprestam, as sociedades em que vivem se impõem ao amor

de quem as conheça, porque não existe nelas essas lutas baixas, vis e repugnantes, pelo interesse estreito e pela feroz avidez. Por isso mesmo que as necessidades de cada um são quase nulas, o egoísmo não as afeta, nem embaraça a expansão da sociabilidade natural, instintiva, como ela é instintiva em todos os homens. Quem viajou o interior das terras brasileiras, por exemplo, notou, por força, a cordialidade, a paz relativa em que vivem essas populações – arraiais, povoados, restos de aldeamentos, onde se acumulam os casebres de sapê, onde vivem como formigas – formigas que não trabalham – os produtos da mistura de negros, índios, resíduos de colonos etc. Ali não chega a ação da autoridade regular; é uma existência primitiva, um comunismo espontâneo; são bons como a natureza, despreocupados... como quem não tem, nem pensa em ter... O solo é comum, o rio é comum à pesca, o mato é comum à caça; até o trabalho é comum. Quando um planejou uma roça, convida os outros a um ajuntamento; vêm até os de uma légua de distância; marcham todos contra o mato e põem-no embaixo num dia, que é um dia de festa; ao cair da tarde, esbofados, roucos de cantar, vão continuar a festa no batuque, depois do repasto comum. Amanhã, será na roça de outro, depois na de outro... No meio do samba, os quadris de uma mulata, a réplica a um desafio, despertam rixas, há mortes, tripas ao sol, foiçadas e costelas rotas... mas tudo isto é infinitamente menos repugnante que as façanhas dos souteneurs de Paris ou dos pickpockets de Londres. Não são maus; são violentos, reflexos, espontâneos – por incultos e ignorantes; falta-lhes a inibição superior, fruto da educação. Aí, nessas populações verdadeiramente primitivas, é também comum o boi, a galinha e o cachorro, que este ou aquele possui. Quando a um falta uma cuia de farinha, acode outro; este, que não tem um jereré, pesca – serve-se do jereré do vizinho; um cavalo que um possua montam-nos todos... Os homens civilizados pensam que é melhor: cada um trabalhe e possa comprar um cavalo, e incriminam-nos justamente por essa falta de ganância – qualquer coisa da sórdida avidez de outros povos... Fique a acusação por conta de quem a faz; mas convenham que, apesar de tudo, essa tendência à sociabilidade, esse altruísmo, é uma boa qualidade, um elemento favorável ao progresso moral. Dêem-lhes interesses superiores, e dali nascerão sociedades estimáveis. Fortes e vigorosos como são, eles saberão aproveitar ultimamente as energias e resistências que possuem, e que os tornam efetivamente superiores aos colonos que se fazem recrutar nos refugos das civilizações corrompidas.

Revivescência das lutas anteriores

Oxalá que semelhante febre revolucionária lavre por todo o Brasil! Teremos que sofrer cáusticos e sangrias; mas é o único meio de escaparmos com vida, e de obtermos a liberdade e a independência.

Martim Francisco (Carta, setembro de 1824)

“Estão as nações sul-americanas emancipadas, devem começar vida nova; o passado está liquidado; agora, é organizarem-se pacificamente, e rapidamente; esforcem-se por alcançar as outras nações no seu progredir veloz!...” No entanto, não foi isto o que sucedeu; ainda não estava feita a independência, e já surgiram as discórdias entre os patriotas e políticos, entorpecendo e perturbando a evolução: por quê? A resposta lá vem extensamente na história da separação. Como se fez ela? Nós já o sabemos: em certas colônias, foi obra exclusiva dos refratários; noutras, ainda que fossem numerosos e fortes os patriotas republicanos, esses refratários intervieram procurando, quanto possível, reduzir a crise política à simples criação de um governo autônomo na antiga colônia. Aceitam a independência, mostram-se mesmo ativíssimos, e empolgam o movimento a fim de fazer com que, uma vez independente, a nova nacionalidade se assemelhe em tudo à antiga presa da metrópole, para que lhes sejam conservados todos os privilégios. Os patriotas radicais se resignariam a isto? Não; e o conflito continuou – dissensões, lutas... Em Nova Granada, os reacionários exigem logo um Estado centralizado, prolongamento do que existia; os republicanos protestam: “(...) D. Antônio Narino, unitarista exaltado, perturba os trabalhos do Congresso constituinte, o qual é obrigado a sair da capital, e a ficar sem ação alguma no meio das lutas tremendas que se seguiram”. Esta bandeira de unitarismo foi arvorada por toda a parte, foi o programa de resistência dos conservadores e reacionários de vários matizes. A luta que se fazia, ontem, entre “realistas e republicanos”, continua hoje – depois que aqueles entraram a independentes – entre “unitaristas e federalistas”. É, no fundo, a mesma campanha pela conservação das iniquidades do regime arcaico, à custa do qual aqueles vivem. No Brasil e no México, os refratários se julgariam consolidados pelas instituições monárquicas; mas, aí mesmo, as lutas se reacendem, porque eles não consentem, sequer, que a nação se nacionalize; em tempo,

fora motivo de desgraça ser brasileiro ou mexicano. Nesse mesmo México, os conservadores chegam a conspirar para entregar de novo a nação à metrópole, reduzindo-a outra vez a colônia: seria a confirmação absoluta dos privilégios.

São os unitaristas de sempre; e o pior é que a confusão se faz cada vez maior. Agora, a luta é, verdadeiramente, no fundo e na forma, uma guerra civil. Alguns dos antigos patriotas aparecem ao lado dos unitaristas, uns por efeito da educação realista, não podendo compreender o Estado senão como uma máquina absorvente, tirânica, centralizadora; os outros, de apetites vorazes e ambições menos dignas, porque esperam poder satisfazê-las mais facilmente por meio dos adversários de ontem; e a maior parte movida por esse conservantismo instintivo, que os leva a buscar como um ideal o apoio dos conservadores – unitaristas todos. A isto se vinham juntar fatores morais – ciúmes, despeitos, naturais desvarios e paixões, fatais nas crises políticas. E os refratários, gente calma e prática, se foram insinuando por entre essas discórdias, fomentando a ambição de uns, atizando os despeitos de outros, ativando as dissensões, aproveitando-as para entrar no reduto dos republicanos e ser, em breve, os senhores dos destinos das novas nacionalidades. De futuro, repetirão o processo, e conseguirão, assim, por muito tempo, esterilizar todas as vitórias e anular quantas reformas e revoluções se façam...

Os conflitos se armam dentro mesmo das praças, sitiadas ainda pelos realistas irredutíveis – qual sucedeu em Cartagena. No Prata, também, antes mesmo de ultimada a independência, estouraram discórdias entre as facções políticas. Os republicanos radicais pensam numa República liberal, concedendo ampla autonomia às antigas províncias, de forma que, salvaguardados os interesses próprios, elas se possam congregar, e formem uma federação para defesa dos direitos e interesses comuns. Mas os conservadores não entendem assim; não compreendem o Estado senão como a absorção de todos os poderes; repelem a federação que naturalmente se ia fazer – são *unitaristas*. A Junta de Buenos Aires afirma este programa; Artigas, no Uruguai, protesta, levanta-se contra a tirania unitária da Junta; o Paraguai aproveita-se do incidente, declara-se independente; as próprias subprovíncias argentinas reagem e reclamam contra as tendências absorventes do governo central, que pretende concentrar todos os poderes. Há revoltas, deposições, e, finalmente, vence no momento a política unitarista – unitarista com veleidades monárquicas.

É bem de ver que os democratas federais não se resignaram; em 1819, é deposto o governo, e a agitação contínua, tão violenta que, em 1824, é convocada uma Assembléia Constituinte, onde o partido adiantado é fortemente representado; todavia os outros impuseram uma Constituição unitária. Os federalistas revoltam-se ato contínuo, apoderam-se do poder, são derrotados três anos depois, e a guerra civil se estende, com alternativas várias, até 1835, quando o chefe democrata Rosas se impõe e, durante vinte anos, se mantém no governo, tendo de lutar continuamente contra revoltas e tentativas de levante. Para manter esse estado de agitação, concorre também poderosamente a política exterior do governo imperial do Brasil no Rio da Prata.⁷⁶ O governo imperial representava genuinamente o elemento refratário daqui; é natural, pois, que, sendo mais forte, procurasse por todos os meios impedir a vitória definitiva dos democratas platinos. E foi isto o que se fez em todos os tempos. O programa desses democratas era, já o vimos, a formação de uma federação natural, na qual entrassem todas as antigas províncias da colônia; e eis por que o programa de política exterior do império, no Prata, consistiu sempre em obstar a realização desse plano. A oposição ao *vice-reinado do Prata* era um ponto de honra da política imperial. Considerava-se um crime internacional, uma afronta à nação brasileira, que as repúblicas platinas se confederassem. Dava-se apoio a todos os políticos contrários a esse ideal, intervinha-se por todos os meios possíveis nos negócios internos daquelas nações, com o intuito de impedir a realização da confederação das antigas colônias espanholas... Venceram os federalistas em Buenos Aires com o presidente Rosas, mas o Brasil não descansou enquanto não teve um pretexto para declarar-lhe a guerra e pô-lo embaixo, para que se arvorassem no governo os unitaristas com Urquiza. Os federais protestam imediatamente (1853); certas províncias se rebelam, separam-se, e finalmente estabelece-se a federação, em 1857. De então para cá, a Argentina entrou a progredir desembaraçadamente, e, hoje, é uma das mais adiantadas entre as nações americanas. As revoltas atenuaram-se de mais em mais, a vida política normalizou-se, e ninguém, de boa-fé, negará à república platina o ser uma nação que tem todos os direitos a viver e a ser respeitada. Esta breve exposição explica a razão da má vontade das nações

⁷⁶ “Enquanto estive no governo quis evitar todo o motivo de descontentamento dos cisplatinos, e aproveitar o ódio que tinham aos de Buenos Aires” (José Bonifácio).

platinas quanto ao Brasil, cujo governo imperial viveu a perturbá-las e a guerreá-las sem motivo justo.

No Chile – nós o vimos – o movimento emancipador foi desde logo abocanhado pelos conservadores, dirigidos por O’Higgins, assistido e fortalecido pelos conservadores platinos. Os republicanos democratas protestaram, reagiram... inutilmente; os protestos são abafados, morrem com Rodríguez e os Carrera, executados pela política de O’Higgins. Funda-se uma república de castas, onde os preconceitos aristocráticos revivem com uma força desconhecida, hoje, na própria Europa – *rotos* e fidalgos. As facções dominantes, uma vez abafadas todas as veleidades de verdadeira liberdade e justiça, consagrada a iniquidade, arranjam-se em dois partidos, idênticos nos processos e na política, com os rótulos cedidos – Conservador e Liberal – que se revezam no poder, o que dá ao regime uma certa máscara de liberdade, e mantém o povo perpetuamente espoliado dos seus direitos. É uma mentira, uma tirania, com um revezamento periódico de gentes; e contra isto é muito mais difícil fazer valer um protesto que não o é contra um despotismo franco.

No México, não houve dissensões entre os *patriotas da independência*, pela simples razão de que não houve patriotas, na independência propriamente dita. O caso já foi narrado: os patriotas republicanos se levantaram lutando pela emancipação, os realistas reagiram, venceram-nos; depois, os mesmos realistas declararam a independência sob a forma monárquica, com um general realista – Iturbide – como imperador. Os verdadeiros republicanos não participaram nunca desta obra, protestaram sempre; andavam foragidos quando estas coisas se arranjavam; e aproveitando o momento em que os próprios do partido de Iturbide se rebelam contra a sua tirania, os republicanos se insurgem; recomeça então a luta entre os conservadores e os democratas. Aqueles, com o malogro do império de Iturbide, resolvem entregar de novo a nação à antiga metrópole; não pensavam em pátria, tinham uma divisa – *privilégios e religião*. Os republicanos vencem... vitória passageira; a República, proclamada em 1824, é combatida mesmo por muitos dos que se dizem republicanos – unitaristas. Já sabemos o que isto significa: são conservadores maleáveis, que aceitam o rótulo de *República*, com um programa que lhes permite ter uma república sem *República*. A Constituição republicana primitiva era federalista; a luta entre unitaristas e democratas vem seguindo, com vicissitudes várias, até que em 1831, por um golpe de Estado, é proclamado

o regime centralizador; o Texas e outras províncias limítrofes protestam, insurgem-se; oferece-se a ocasião aos Estados Unidos para intervir; declara-se uma guerra externa; o México é vencido, e, devido a esta façanha dos conservadores unitaristas, perdem-se algumas das mais ricas províncias – Texas, Novo México e Alta Califórnia, anexadas definitivamente à união americana – pois que a doutrina de Monroe não interdiz “que terras da América sejam conquistadas pelos *americanos*”. Diante destas misérias todas, os democratas federalistas rebelam-se de novo; restaura-se, em 1841, a Constituição primitiva, de 24; mas os conservadores unitaristas não desanimam; sucedem-se os pronunciamentos e maquinações, declara-se a guerra civil, e com alternativas diversas, por entre deposições e levantes, subsiste a República até 1857. Decreta-se uma nova Constituição, na qual “se transigia em alguns pontos capitais com o espírito da facção moderada”; o presidente eleito, então, entrega-se aos conservadores, e, instigado por estes, dissolve o Congresso. Os republicanos radicais protestam, e o presidente demite-se, apodera-se revolucionariamente do poder um conservador genuíno, quando o sucessor legal seria o presidente da Suprema Corte, um republicano radical. Este, porém, mantém a sua autoridade e vence. Derrotados definitivamente dentro do país, os conservadores provocam uma intervenção estrangeira e resolvem entregar a pátria a qualquer invasor que os desembarace da República. É um fenómeno que se repetirá mais de uma vez na história dos conservadores sul-americanos. A propósito de dívidas, interesses materiais a defender, investe contra o México uma esquadra de franceses, espanhóis e ingleses combinados, e vence-o, não facilmente. Uma vez em terra, os soldados franceses – porque os outros se afastaram, que só querem as quantias – uma vez em terra, senhores da capital, põem em execução o que de antemão estava combinado entre os conservadores mexicanos e o governo imperial de França: um simulacro de assembléia proclama a monarquia, sob um príncipe católico, que já estava escolhido – o arquiduque da Áustria, Maximiliano, garantido por um exército francês. Os republicanos nunca cederam; andavam, então, foragidos, por brenhas e esconderijos, com uns restos de república constitucional, um presidente heróico, um Congresso, a correr de sítio em sítio, guerrilha por toda à parte. Foi assim por cinco anos. Em 1866, o governo dos Estados Unidos fez sentir à França que não consentiria mais naquilo – manter-se em uma nação americana um regime político e um governo apoiado em armas estrangeiras; e os soldados franceses deixaram o México. Agora, entregues aos próprios recursos –

conservadores e republicanos – estes venceram definitivamente. De então para cá, existe no México a República, a qual os conservadores não têm consentido ser tão liberal quanto fora talvez para desejar, mas que tornou, em 30 anos, aquela nação uma das mais prósperas, senão a mais próspera, da América Latina.

II

No Brasil, a história política é, no fundo, a mesma, com as modificações que traduzem os traços particulares do caráter espanhol-português e o distinguem do espanhol-castelhano. Todo o período de formação da nacionalidade é agitado de conflitos e discussões; mas faltam-lhes, a estas discussões e discórdias, o cunho de violência, o caráter temerário que elas revestem nas antigas colônias de Castela. Nos sucessos da independência do Brasil, ainda o gênio português se retrata tão bem como nos lances das suas aventuras marítimas: a passos medidos, cauteloso, resistente, aventureiro, mas sem audácia... O espanhol – afirmativo, absoluto, gritante, violento, trágico e abundante nas grandes crises, rastaquêra e espalhafatoso no fausto; o português – solene, composto, severo e morno nos heroísmos e transes, cabo tino nas expansões e festas; ambos igualmente enérgicos e resistentes; mas aquele – decidido, vivo, agudo, pronto; este – apagado, triste, inconsistente, duro sem rijeza, carola – quando o outro é fervente, compósito – quando o outro é original. A Espanha dá Calderón, Lope de Vega, Cervantes, onde tudo é pessoal, traduzindo o gênio castelhano, que em si mesmo se inspira e se vivifica; o outro produz Camões, genial sem originalidade, cuja obra, em sua grandeza, abrange todos os mundos e sentimentos, mas onde o gênio não tem a força orgânica precisa para concentrar a inspiração numa criação verdadeiramente nova. É uma diferença que está, não no caráter, mas no temperamento. O português sente a necessidade de aventuras e conquistas; é quem primeiro se faz navegante, ensina o castelhano a viajar, mostra-lhe o caminho da América, sabe onde ela está, mas não tem arrojo para ir descobri-la – vai à Índia, atrás do mouro, terra sempre à vista... Um penetra, o outro infiltra-se.

A independência do Brasil reflete o temperamento dos que a fizeram, e daí derivam as diferenças entre a sua história e a das colônias espanholas.

Não há caudilhos, há conselheiros; Bolívar é José Bonifácio, ou, se querem outro símile – Iturbide é o próprio soberano da metrópole. Não se trata, apenas, de garantir os interesses e privilégios dos refratários e conservadores; trata-se também “de não perder terra de vista”, nada de temeridades. Todo o caminho para a separação se faz em torno da dinastia sob cujo domínio vivia a colônia; vêm margeando-a, como outrora os outros costeavam a África: fique D. João VI, fique o príncipe-regente, fique o herdeiro da Coroa, em 1831, *maiorize-se* o rei menino... É por isso – porque o movimento não tem um caráter afirmativo – que tudo, na história daqueles tempos, parece contraditório, e toma o aspecto de uma traição generalizada: um rei que trai o seu trono e aconselha o filho a despojar a nação, que este amanhã governará; um príncipe que se rebela contra o pai e rei, e trai ao mesmo tempo a Portugal e ao Brasil;⁷⁷ as cortes, que traem o programa liberal em nome do qual funcionam; os brasileiros, que traem a pátria, ligando-a a esses mesmos cujos interesses estão em que ela não exista efetivamente... E sobretudo isto, a cabotinagem daqueles representantes da metrópole arvorados em patriotas... Por isso, falta a essas lutas, que se seguiram à falsa independência, a temeridade e violência das Repúblicas neo-espanholas. Apenas Pernambuco mantém as suas tradições radicais republicanas. É belo o sonho de pátria, verdadeiramente livre e brasileira, como os democratas dali o pretenderam. Protestam desde o primeiro momento contra essa independência arranjada pelos conservadores; dois anos depois, rebelam-se e proclamam a República. São vencidos, mas não morre o ideal; 24 anos mais tarde, eles se revoltarão outra vez, com os mesmos intuitos. No Rio de Janeiro, também, alguns brasileiros republicanos teriam protestado contra a cilada armada à nação... Que fazer, porém, se tinham contra si a onda enorme de refratários, conservadores, moderados etc., e mais os brasileiros ingênuos a acreditar que o Brasil ia ser efetivamente livre e autônomo, com esse regime

⁷⁷ “E D. Pedro?... Dizia para Portugal que o seu propósito era salvar a colônia da tirania das cortes, que tiranizavam o rei seu pai, e que, a não ser ele, fariam com que se perdesse a melhor jóia da Coroa portuguesa. Era sincero? Provavelmente. Roubar o Brasil a um trono de que ele era o herdeiro legítimo seria o cálculo de uma ambição inepta. Provavelmente fora sincero o pacto feito entre o pai e o filho para explorarem em proveito próprio a situação, desacreditando na Europa as cortes *anarquistas* com a rebeldia do Brasil por elas provocada, e confiscando na América o movimento de independência em proveito da dinastia” (Oliveira Martins, *O Brasil e as colônias*, p.114).

concertado entre os conselheiros patriotas e as gentes da metrópole?!... Em Minas, especialmente, a má vontade era manifesta contra o arranjo; mas o “patriarca” enviou para ali o futuro imperador a passear, e, diante desse príncipe de atitude romântica e de falas heróicas, que se oferecia para fazer a nacionalidade brasileira, até a desconfiança mineira desarmou. Pouco depois, não só Minas, mas Bahia e São Paulo, percebiam, como perceberam os brasileiros do Rio, o logro em que haviam caído. Dentro de pouco tempo, o próprio José Bonifácio e outros Andradas eram abatidos, condenados, presos, desterrados e traiçoeiramente atirados às garras de quem os executaria, por serem demasiadamente brasileiros. O príncipe, inventado ontem para fundador da pátria brasileira, dissolve o parlamento constituinte, chefia a reação contra os brasileiros, confiantes e simplórios, que na véspera o aclamavam de coração aberto. Há uma verdadeira fúria contra a nacionalidade que se quer constituir; foi o jubileu dos refratários. Então – era fatal – a luta se acendeu entre os dois partidos, como devera ter sido antes da independência, se tivesse havido “independência”. Finalmente, a nacionalidade se impôs, o monarca foi obrigado a abdicar; foi para a sua pátria, deixando aqui o filho – deixando ainda aqui a monarquia... Mais uma revolução frustrada.

Deu-se com a abdicação o mesmo que se deu com a independência. Os conservadores e refratários reconheceram que era insustentável aquele governo inimigo da nação, incompatibilizado com ela, e que as reivindicações liberais iam vencer; atiraram às urtigas o imperante para salvar a instituição, sob a qual resguardariam os seus interesses. Com as primeiras regências governando na menoridade do príncipe, obtiveram os democratas satisfação de alguns reclamos; a nação tentou afirmar a sua liberdade. Foi efêmera esta vitória parcial; rebrotaram os conservadores, sendo obrigado a deixar o governo o estadista brasileiro mais vigoroso, mais moderno, mais original e que melhor correspondia, naqueles tempos, aos verdadeiros interesses da nacionalidade – Feijó. Era padre, e propôs o divórcio para a sociedade brasileira; pediu que, para os padres brasileiros, fosse abolido o regime imoral do celibato; queria fazer inteiramente autônomo o clero brasileiro... queria tudo, faria tudo, para tornar o Brasil uma pátria, para levar a nação a constituir-se segundo os seus interesses. Sobre Feijó desencadearam-se todos os Vilela-Barbosas; vieram regências moderadas, e, em seguida, não se satisfizeram os conservadores senão em ver no governo o próprio rei menino – assim, “era a monarquia de verdade”.

Pouco tempo depois, a vitória dos conservadores e refratários era completa: pacificava-se o Rio Grande do Sul, quer dizer, vencia-se pelo cansaço o púgilo de republicanos que, havia dez anos, protestavam ali pela liberdade: restabeleceu-se a ordem em Minas, e, por uma lei – a célebre *Lei interpretativa do Ato Adicional*, anularam-se as franquias e liberdades concedidas anteriormente às províncias, num momento fugaz de vitória democrática. Agora, abatidas todas as veleidades libertárias, na fase de desânimo, e desilusão, e fadiga e esgotamento moral, que sucede às longas crises, congraçaram-se todos os políticos de profissão; fez-se aqui o que se fizera no Chile. Plagiando a França e a Inglaterra, distribuem-se as gentes dominantes, cujos sentimentos e idéias são, no fundo, os mesmos, em dois partidos constitucionais; é uma oligarquia que se forma espontaneamente, arranjando-se de modo a poder durar e viver sem sobressaltos; o monarca os vai revezando no poder, a seu bel-prazer; a sua vontade resume todo o regime. A nação é abandonada a si mesma; toda atividade política se limita à cozinha dos dois partidos.

Por fora desse organismo oligárquico, os espíritos ardentes, sequiosos de justiça e liberdade, desenvolvem a sua atividade ressuscitando o ideal republicano, reivindicando as franquias e autonomias provinciais e clamando contra a escravidão. Trava-se nova batalha, desaparece finalmente a monarquia; a revolução é incruenta, proclama-se a República, ninguém protesta; ninguém se espanta mesmo ao ver que, no dia seguinte – literalmente no dia seguinte, toda a gente é republicana. O instinto lhes diz que a República vem ser o que era a monarquia; não há razão para que fique alguém de fora. A República, dentro da qual há uns raros republicanos e democratas, traz algumas veleidades de reformas – indefinidas, mal ordenadas, pela falta de compreensão das reais necessidades da nação; todavia, ela quisera ser República, mas tem contra si, logo, alguns dos que a fizeram. O primeiro reacionário é o chefe do governo; abre-se logo a luta, e dela já participam ativamente os conservadores, os monarquistas de ontem. Já vemos confundidos, de um lado e do outro, republicanos de ontem e de hoje. Agora, neste primeiro momento, não se trata verdadeiramente de combater os revolucionários e democratas, mas de conquistar um lugar entre eles: ir entrando, entrando, até superá-los e absorvê-los. Não se quer combater a República, e sim conquistá-la. Vão entrando, e vão desde logo, a pouco e pouco, afeiçoando-a aos seus ideais, reduzindo-a àquilo que ela deve ser – para não se distinguir da monarquia. Dai, as primeiras dissensões

entre os republicanos – uns moderados, conservadores mais ou menos conscientes, outros radicais... Num certo momento, quando essas discórdias eram bem vivas, os mais irredutíveis ou imprudentes dos refratários armaram-se em revolta: houve um despertar do espírito republicano, e este venceu na ocasião; mas a vitória não adiantou nada. Nem todos os conservadores e moderados tinham ido para os inimigos declarados da República; bem pelo contrário. Perspicazes, compreenderam bem que a revolta não venceria, e ficaram-se dentro da República, aproveitaram o momento e reconstituíram a oligarquia dos outros tempos, para a qual vieram todas as gentes políticas, confundidas hoje num republicanismo de todas as cores, ou mesmo sem cor definida, e com o qual as datas e as idéias nada têm que ver.⁷⁸

III

De tudo isto, só quem nada lucrou foi a nação – o povo, que é hoje tão pouco feliz, tão desprezado e nulo como era ontem... Foi mais uma revolução frustrada, à qual só devemos um serviço – haver eliminado a

⁷⁸ A razão principal de tudo isto é que bem poucos são os que pensaram e quiseram realizar a República, e tornar efetiva a revolução – por um programa de reformas práticas e eficazes; são bem poucos, mesmo, os que acreditam na superioridade do regime: “A forma de governo é indiferente ao progresso”, é o lema da quase generalidade dos condutores desta democracia. Deste modo, não é de estranhar que ela dê os resultados que tem dado. O homem precisa crer na excelência da obra a que se propõe e a que se dedica, precisa confiar na vantagem e na eficácia dos seus esforços. A República só poderia ser realizada e produzir bons resultados, quando dirigida e guiada pelos que a querem como *indispensável* para a conquista de um ideal superior – pelos republicanos de fé. Assim não é no Brasil, e, na aparência, a situação do país piorou, o que é fatal em todas essas crises políticas e sociais que se resolvem pela reconstituição das oligarquias viciadas. O certo é que a revolução última no Brasil fracassou, e, hoje, República e republicanos desaparecem nesta coisa triste que aí vemos: um ajuntamento que passa desordenado, como uma caravana a que se encostam todas as ambições e interesses, e onde mais gritam e se impõem esses mesmos que, ontem, guerreavam sem mercê cada um dos ideais republicanos, esses que, ainda hoje, se envergonham do nome “República” – que eles não mudaram o sentir, e são tão incompatíveis com o seu programa como dantes o eram, quando o combatiam abertamente. É uma catedral que rasgou os umbrais, acaçou as ogivas e fez-se abarracamento, aberto a quantos não escolhem contatos: arautos da servidão espiritual, cultores da ignorância pública, exploradores de iniquidades, sacerdotes da injustiça, pais e filhos de escândalos, liberticidas... que só têm entre si de comum a irreverência pelos escrúpulos e a perícia em farejar o vento e orientar as velas. Por fora, move-se uma geração sem ideais, ondas de povo devoradas de tristezas e misérias...

monarquia hereditária. É um tropeço que está arredado; o caminho para a justiça e para a liberdade, para a solidariedade humana e para a igualdade está desimpedido desse obstáculo; mas, quantos que ainda restam!... A influência dos vícios transmitidos por esse passado – o regime anti-social tirânico e parasitário, sob o qual se formou a nacionalidade – essa influência subsiste viva, tão viva que, em momentos, dá a impressão da revivescência de épocas transatas. O conservantismo instintivo de uns, o reacionarismo sistemático de outros, vêm perpetuando todas as causas de mal-estar social de apatia e desânimo, que dão à sociedade brasileira essa tristeza morna, essa desconfiança em si mesma, e que tornam tão difíceis os esforços coletivos, indispensáveis ao progresso social. O passado vive nas classes dirigentes, e pesa de um modo esmagador sobre a nação que, no entanto, precisaria sentir-se bem leve, e estimulada, e penetrada de um espírito novo, para progredir aceleradamente como o exige o momento. Tudo que poderia melhorar as condições sociais e econômicas encontra uma resistência maciça por parte dessas classes conservadoras – almas que se encostaram à vida, e aí ficam imutáveis na mutabilidade das coisas e das circunstâncias.

Em matéria de progresso, o único a citar, em verdade, é a resignação das populações a viverem sob o regime que lhes apresentam como legal. Desabituararam-se um pouco dos levantes e protestos armados. A proclamação da República, as ambições e disputas que se desenvolveram em virtude da crise política, provocaram algumas lutas, que se fecharam num ciclo de poucos anos; refizeram-se os costumes de outros tempos, tudo voltou ao antigo, com as necessárias adaptações ao regime presidencial e federativo da nova Carta. Tal progresso, porém, não é progresso senão sob o ponto de vista da educação social das populações; ele não corresponde a nenhum realçamento dos costumes políticos. O povo se desabituiu de revoltas armadas, não porque lhe dêem mais justiça e mais liberdade, ou condições de vida mais perfeitas; mas porque a oligarquia dominante achou o meio de entretê-lo com o espetáculo da loquela política. O temperamento mais calmo dos brasileiros e o natural cansaço provocado pelas grandes lutas da nacionalidade nascente permitiram que a vida pública se arranjassem de forma a levar os elementos protestatários – os que seriam insubmissos e caudilhos – a exercer toda a sua atividade num terreno pacífico. Há vários derivativos ao ardor combatente dos radicais e democratas. As condições políticas efetivas eram as mesmas – era o mesmo atraso, no Brasil e no resto da América; mas ali, nas outras nações, não se podia pedir

simplesmente reformas, liberdades escritas, mudança de regime... tudo isso estava na Constituição. Sofredor, o povo se queixava diretamente do governo, uma vez que se não podia pedir uma alteração radical nas instituições. No Brasil, não, que não havia República. Quando os ânimos se acenderam de novo, foi para fazer a propaganda republicana; quer-se, não a deposição de gentes, mas a transformação do regime, uma revolução completa, e não levantes. Isto vem dar à luta um caráter pacífico, antes intelectual. Demais, os conservadores são tão fortes que os republicanos estão convencidos da ineficácia de qualquer levante parcial. Destarte, a sociedade se vai, pouco a pouco, afeiçoando a essa ordem que lhe é oferecida; passam as gerações ativas das revoltas de então; normaliza-se o jogo da oligarquia em gangorra – embaixo ou em cima, à vontade do soberano, o parlamentarismo de mentira, em que o rei irresponsável é tudo, e onde o eleitorado não existe. – No fundo o regime é assim, todos o sabem; mas esse revezamento de gentes, o desaforo dos discursos, a esperança de arranjar um lugar nos grupos da gangorra – tudo isto dá à vida política umas aparências de liberdade, e afastam-se muitos dos pretextos de revoltas. Não há liberdade, pois que a vontade da nação não existe, pois que são sacrificados os mais essenciais dos princípios de justiça; todavia, as gerações se vão entretendo com o “fogo de vista” parlamentar – constitucional – o jogo do machismo democrático, onde só não existia o elemento democrático, o povo. Ao lado, está o problema da escravidão – a injustiça horrenda, secular: é um campo de atividade para os amigos da liberdade. E, arrastados para estes derivativos, os que seriam caudilhos eram outros tantos fatores de educação social, pois que falavam às inteligências, arregimentavam adeptos para uma idéia, criavam novas correntes de concurso político.

Eis aí como as populações se desabituarão um pouco dos levantes, comuns nos primeiros tempos, e cujas causas essenciais subsistem até hoje. Para que elas desaparecessem, seria preciso que as classes dirigentes tentassem um longo esforço sobre si mesmas, para vencer essa influência do passado que nelas revive, adotando um programa inteiramente oposto a esse que, consciente ou inconscientemente, vêm seguindo até hoje. Seria preciso que buscassem conhecer, na sua realidade, cada uma das causas de atraso social, e procurassem afastá-las, atendendo, não aos interesses exclusivos do Estado (e compreendidos de um ponto de vista estreitamente material), mas atendendo às necessidades efetivas das sociedades. Seria

preciso, sobretudo, que procurassem saber em que estado se acha a massa geral da população, esse elemento essencial na constituição de uma nacionalidade, e a educassem, e intervissem, trazendo-a ao nível da civilização atual, transformando em gentes úteis, instrumentos de progresso, esses 90% da população que apodrecem por ali, apáticos, miseráveis, inúteis... Infelizmente ninguém pensa nisto;⁷⁹ prosseguem todas essa quimera, que é antes uma imbecilidade: constituir uma nacionalidade próspera e livre, deixando a massa da população estúpida, embrutecida, inaproveitada, ignorante, nula...

Este rápido olhar pela história torna bem evidentes as razões das desordens e agitações constantes em que têm vivido as nações sul-americanas. Com o regime colonial que a metrópole lhes impôs, e feita a independência como foi feita, as lutas se continuariam, fatalmente, terríveis, contraditórias muitas vezes, ainda mesmo que a educação política das populações e os hábitos guerreiros anteriores não as arrastassem para os conflitos armados. Ficou dentro do organismo das novas nacionalidades o germe das discórdias, a causa do mal-estar – a herança, a educação, os remanescentes dessas ondas que vinham aqui parasitar. Se a causa persiste, nada mais natural do que o ver rebentar a revolução no momento em que uma circunstância qualquer agrava esse mal-estar permanente. Muitas vezes, nem é preciso mesmo uma circunstância em especial; basta que um

⁷⁹ A situação, grave e triste hoje, será mais grave e mais triste amanhã, quando esta massa popular, agora abandonada, inculta e inapta para o progresso, se transformar em elemento ativo contra o mesmo progresso. Ela para lá caminha, e foram os políticos e dirigentes que o quiseram. Esquecida pelos que deviam cuidar de realçá-la e instruí-la e educá-la, a massa popular, ainda ingênua e primitiva, está, naturalmente, servindo de pasto à exploração da fradaria católica, que precisa *ganhar a vida* e fazer clientela. A disposição constitucional invocada por todos para justificar esta licença absoluta que se deixa às gentes de batina para difundir o obscurantismo e abafar a razão – essa mesma disposição constitucional é diariamente desrespeitada pelos que, de ano a ano, crescem as subvenções, favores e regalias, concedidas às instituições religiosas, para que lhes não falem os meios de prosseguir a obra de ignorantismo, e escravização intelectual e moral. Deste modo, aí temos os pobres filhos do povo abandonados à inépcia e às crendices (tal como esses bons portugueses do século XVII), votados e entregues aos resíduos de superstições trazidas pela monarquia, que a civilização européia elimina de si, e que os nossos pró-homens acolhem solícitos e prazenteiros, num gesto de cabotinagem liberaisca, supondo serem tolerantes e adiantados, quando são incoerentes e perversos. Aí temos a massa popular, desviada da liberdade, monopolizada para o reacionarismo, pela fradaria que para aqui se despeja, ignorante e parasita, sórdida como a avareza, suja como um escapulário...

caudilho se levante e saiba explorar o descontentamento e os instintos guerreiros das populações, para armar uma revolta. Assim continuam as lutas, que vêm desde a independência, e são anteriores a ela; nasceram com as próprias colônias e representam, na América do Sul, o eterno vaivém das revoluções abortadas, labor infinito das infelizes gerações que se sucedem, rolando o simbólico rochedo que as esmaga, nesses levantes sucessivos, que só as facções dominantes aproveitam – escravos, rompendo cadeias e entregando imediatamente os pulsos a novos senhores (aos mesmos senhores), para que os acorrentem de novo; lutas que são, ainda e sempre, o conflito fatal entre o espírito novo, o instinto vivaz das sociedades nascentes, contra o elemento opressor, refratário, privilegiado; conflito absorvente aqui, agressivo e brutal, e no qual se consomem todas as atividades sociais; conflito que se não resolverá por duas ou três reformas, e persistirá longos anos ainda, como persiste por toda parte, pois que são poderosíssimos os que o provocam e o entretêm. Fora preciso, ao menos, dar uma outra forma a este conflito, transformando-o de agressivo e brutal, como ele aqui se apresenta, em luta pacífica, combate de idéias e opiniões. É pela difusão da instrução, criando um meio intelectual mais largo e mais elevado, tornando possível a propaganda de cada ideal, formando novos campos de atividades, onde se desafoguem os espíritos combatentes e ardorosos – é por esse meio que se obterá a transformação dessas lutas: elevando suficientemente o nível intelectual das populações, porque não se prestam a quanto levante a caudilhagem prepara, porque não vão bestialmente atrás de todo o ambicioso que as convida para assaltar o governo, pronto a espingardeá-la depois. Enquanto não derem à massa popular essa instrução, continuando a pesar sobre as sociedades esta influência nefasta do passado, as lutas materiais persistirão, concorrendo para fazer estas nacionalidades cada vez mais infelizes. Só há paz quando um elemento consegue dominar por completo o outro.

A perspectiva da agressão – resistência

Il y a peu de plaisir à conquérir des gens qui ne veulent pas être conquis.

P. L. Courier

I

Tal é o viver que os antecedentes têm imposto à América Latina. É à custa de um sofrer contínuo que ela se vai libertando um pouco dessa perniciosa influência; no entanto, o resto do mundo civilizado, ao saber destas lutas e dificuldades que as novas nacionalidades vêm atravessando, investe para elas, com o mau humor do pedagogo rebarbativo, com a arrogância dos fortes pouco generosos; investe, invectiva-as, detrata-as, condena-as, como se estivesse no poder dos povos sul-americanos o ter dirigido os sucessos históricos que prepararam a sua própria existência. Somos ainda bem atrasados, bem pobres; vivemos uma vida política agitada e instável; e os mentores do Velho Mundo, sem indagar das causas desse atraso e dessas agitações, voltam-se para nós, inexoráveis: “Sois povos inferiores, incapazes; estais condenados. Tendes liberdade, fizestes a vossa independência há 80 anos, possuíis os mais ricos territórios do mundo, e estais assim miseráveis e atrasados?!... É que saís ingovernáveis, indignos de ser nações livres, senão estareis hoje, todos, tão adiantados e prósperos como nós outros...”

Não se pode ser mais injusto e malévolos do que esses que nos acabrunham com tais sentenças, cruelmente iníquas. Só uma coisa as justifica: a absoluta indiferença de todos esses censores pelas nossas condições político-sociais, no passado e no presente. É inadmissível que homens conscienciosos e justos, conhecedores da história destas nacionalidades, exijam delas o apresentarem-se hoje tão ricas e industriais como os Estados Unidos, tão ajuizadas e poderosas como a Inglaterra!... Vimos todas as longas torturas e deformações parasitárias a que elas foram sistematicamente submetidas, por toda a vida colonial; conhecemos os poderosos elementos perturbadores e refratários ao progresso que nelas se encravaram – é possível que sociedades em tais condições, uma vez decretada a emancipação, fossem logo viver tranquilas, harmonizadas, sábias e iluminadas?... É possível que um tal milagre se fizesse, só porque a antiga metrópole assinou um tratado considerando-as independentes?.. Os Estados Unidos, no dia em que afirmaram a sua independência, eram uma nação feita, constituída espontaneamente, livre desde o seu nascimento; as repúblicas sul-americanas, no dia da separação, eram nações em que tudo estava por fazer. Não só havia a executar o trabalho inteiro e complexo da construção social e administrativa, como ainda era preciso destruir, quase radicalmente, todo o edifício político anterior. Quer dizer: não se tratava,

apenas, de educar populações novas para a justiça e a liberdade; tratava-se também de combater, vencer e anular todos os vícios herdados do regime anterior, todas as poderosas influências retardatárias, abusos e maus hábitos. Deste modo, é de justiça condenar estas repúblicas, porque não são tão ricas e sensatas como a América do Norte?!... Num caso tal, para formular um juízo pela comparação das nações sul-americanas e os Estados Unidos, ou qualquer outro país, é mister não contrapor somente “números, que abstratamente nada significam”; seria preciso ter em consideração o ponto de partida, e as dificuldades com que lutam umas e outras. É a riqueza, o progresso industrial e comercial principalmente, que impressiona os sociólogos e políticos que nos condenam; este progresso prova efetivamente uma grande energia e tenacidade por parte dos norte-americanos, prova o espírito empreendedor de que eles são dotados. Não refletem, porém, tais políticos e sociólogos, nas condições favorabilíssimas em que se achavam os mesmos norte-americanos – estabelecidos num território fértil, com um clima estimulante, e ao mesmo tempo saudável e propício, possuindo no próprio solo o ferro e a hulha, elementos indispensáveis e bastantes para organizar uma indústria desenvolvidíssima e apurada como essa que atualmente se vê ali. Hoje, eles poderiam, até, substituir esse carvão-de-pedra, se tal fosse preciso; mas bastaria que então lhes houvesse faltado o precioso combustível, para que a situação atual fosse infinitamente inferior.

Da América do Sul exigem o mesmo progresso, e falam insistentemente e alegam a emancipação, como se esta se tivesse feito, em verdade, no dia em que os tratados reconheceram a separação!... A realidade é toda outra: em quase todas as nações sul-americanas a emancipação só chegaria muito mais tarde. Se fosse possível fotografar épocas, fácil seria provar que os dias seguintes à independência não se distinguem, quase, dos anteriores, nem do ponto de vista político nem do econômico... São organismos aos quais os fatos impuseram uma herança má, de uma cura demorada e difícil, cruciante e tormentosa. Os homens de coração, que saibam da existência triste e dolorosa desses povos, tão longamente infelizes, e a bravura com que eles têm resistido, e o ímpeto com que, apesar de tudo, se lançam para a vida e para o progresso – esses não pensarão em vir renovar, com opressões novas, as causas desses infortúnios, nem agravar-lhes a situação... tanto isto seria desumano e imoral, iníquo e anti-social.

II

Infelizmente, porém, tratando-se de política internacional, os homens não têm moral, nem conhecem justiça. O coração desaparece; restam livres e desencadeados os apetites vis, e terríveis, porque são impessoais. Ninguém se sente obrigado a combatê-los e, por vezes, nem mesmo pretendem mascará-los. E tudo leva a crer que a América do Sul será sacrificada a esses interesses vis, a esses egoísmos coletivos; não duvidemos de que ela será investida. Os otimistas sorrirão destas *cassandrices*. Para eles, só há uma prova possível: é a agressão em si. Por esse meio talvez que se convencessem.⁸⁰ Antes disto, a deliciosa

⁸⁰ O trecho que se segue, copiado da nota enviada pelo governo argentino ao Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos, mostra que os próprios políticos – os próprios governos, já confessam o perigo. “A obtenção de novos domínios coloniais neste continente tem sido aceita muitas vezes por homens políticos da Inglaterra. À sua simpatia, pode dizer-se, deve-se o grande êxito que a doutrina de Monroe alcançou, apenas promulgada. Nos últimos tempos, porém, notou-se uma tendência sensível nos publicistas e nas manifestações diversas da opinião européia, que assim dão estes países como campo adequado para as futuras expansões territoriais. Pensadores da mais alta hierarquia têm indicado a conveniência de orientar nesta direção os grandes esforços que as principais potências da Europa têm aplicado à conquista de regiões estéreis, com um clima inclemente nas mais apartadas latitudes do mundo. São muitos já os escritores europeus que designam os territórios da América do Sul, com as suas grandes riquezas, com o seu céu feliz e o seu clima propício para todas as produções, como o meio obrigado, onde as grandes potências, que têm já preparadas as armas e os instrumentos da conquista, hão de disputar-se o predomínio no curso deste século. A tendência humana expansiva, caldeada assim pelas sugestões da opinião e da imprensa, pode em qualquer momento tomar uma direção agressiva, mesmo contra a vontade das atuais classes dirigentes. E não se pode negar que o caminho mais simples para as apropriações e a fácil suplantação das autoridades locais pelos governos europeus é precisamente o das intervenções financeiras como com muitos exemplos se poderia demonstrar. Não pretendemos de modo nenhum que as nações sul-americanas fiquem por nenhum conceito isentas das responsabilidades de toda a ordem que as violações do direito internacional comportam para os povos civilizados. Não pretendemos nem podemos pretender que esses países ocupem uma situação excepcional nas suas relações com as potências européas, que têm o direito indubitável de proteger os seus súditos, tão amplamente como em qualquer outra parte do globo, contra as perseguições ou injustiças de que podem ser vítimas. A única coisa que a República argentina sustenta e que veria com grande satisfação consagrada com relação aos sucessos da Venezuela, por uma nação que como os Estados Unidos goza de tão grande autoridade e poderio, é o princípio já aceito de que não pode haver expansão territorial européia na América, nem opressão dos povos deste continente pelo fato de que uma situação financeira infeliz pudesse levar alguns deles a diferir o cumprimento de seus compromissos. Em uma palavra, o princípio que quisera ver

despreocupação em que vivem só poderia ser perturbada se, em falas categóricas e explícitas, os governos das nações imperialistas viessem dizer que estão dispostos e resolvidos a conquistar a América do Sul. E como é por essa declaração que eles esperam, terão de esperar ainda...

A verdade é que tais nações consideram a América meridional como um reino encantado de riquezas, e ao mesmo tempo consideram as populações que por aqui vivem como absolutamente incapazes de fazer valer estas riquezas, e de as defender eficazmente contra um invasor forte. E é por isto, principalmente, que os povos sul-americanos são tidos como inferiores. Pouco importa que eles estejam constituídos em nações, que se chamam a si mesmas de soberanas e modernas... Pouco importa: realmente, a Europa não as trata de igual para igual, nem lhes reconhece a soberania efetiva. Não lhe parece sejamos povos a quem se deva respeito... Ora, a conduta das grandes nações civilizadas para com os povos fracos, estabelecidos em territórios férteis, tem sido uma só, única e invariável: agredi-los, tiranizá-los, ou destruí-los quando não é possível reduzi-los a colonos dóceis. Só há um meio de impedir essa agressão: é o levantar-se diante dessas nações, levantar-se vigoroso, armado, decidido e apercebido de tudo, rivalizando com elas, não só em força, mas, principalmente, em competência – tal como fizeram os Estados Unidos, tal como fez o Japão. A estas sim, a Europa lhes reconhece a soberania e as respeita, que são nações feitas, completas – não países essencialmente agrícolas, sinônimo de colonial. São nações que souberam fazer a sua emancipação primordial a emancipação econômica; podem tirar de si tudo de que precisam, e provam assim, exuberantemente, ser impossível a sua absorção por outras. Fora daí, descontadas estas, não há nenhuma outra para quem a Europa não seja uma ameaça. Por que razão respeitará ela a América do Sul, a cujos Estados

reconhecido é o de que a dívida pública não pode dar lugar à intervenção armada, e menos à ocupação material do solo das nações americanas por uma potência européia. O desprestígio e o descrédito dos Estados que deixam de satisfazer os direitos dos seus legítimos credores traz consigo dificuldades de tal magnitude que não há necessidade que a intervenção agrave com a opressão as calamidades transitórias da insolvência”. A este convite, o governo de Washington respondeu, absorvendo, ele próprio, mais um trecho da América Latina. Os sucessos do istmo do Panamá (novembro de 1903) nos mostram bem que não são diferentes dos da Europa os sentimentos dos Estados Unidos a nosso respeito. A ameaça é a mesma, pois que é a mesma política – a política dos fortes, ou melhor: a moralidade do salteador que apunhala o ferido na estrada deserta para despojá-lo...

nega uma soberania perfeita, e cujos povos considera ostensivamente como inferiores? Por que razão poupará esta parte do mundo, ela que tem a Oceania sob o seu domínio, e já reduziu a África a quinhões, e vai, pouco a pouco, invadindo a Ásia?... São os Estados Unidos que, por ora, nos protegem e nos garantem. Ora, em verdade, nem é por mera generosidade que as grandes nações estendem a sua proteção às outras, nem é por feia ingratidão que os povos dignos dispensam os protetores. “Proteção” já é meia conquista, e um povo ou uma nação só se pode considerar livre e soberano quando por si mesmo se garante, e é bastante forte para defender-se e bastante caracterizado e culto para não se deixar assimilar ou eliminar. As nações da América Latina não podem aceitar, comentos ou resignadas, esta condição de protegidas, porque ela terá como resultado fatal a absorção progressiva da nossa soberania, por parte dos mesmos Estados Unidos. Tal situação se resolverá finalmente por um protetorado efetivo, e pela ingerência da mesma república nos nossos negócios internos. Tudo isto é perigosíssimo, porque, em certos momentos, as grandes nações não sabem resistir às tentações de expansão e absorção, principalmente esses povos anglo-saxônicos.

Acaso as dificuldades da partilha e a complexidade dos interesses diplomáticos terão também afastado por um pouco as possibilidades da agressão. Será uma questão de tempo. No entanto, talvez que a agressão não fosse tentada, assim facilmente, se esses homens que dirigem a política nas grandes nações conhecessem melhor as condições históricas e atuais das nacionalidades sul-americanas. Pelo menos, as nossas crises e agitações políticas não seriam alegadas e apontadas como desatinos e banditismos de políticos desonestos; e se a malevolência não desarmasse de todo, certamente o descrédito de que somos vítimas se atenuaria, e seria mais difícil justificar um ataque à nossa existência nacional.

III

Ao mesmo tempo, reconheceriam esses povos salteadores, que a agressão, tão fácil na aparência, não traria os resultados desejados, e que a absorção da América Latina é difícilíssima. Conhecendo os antecedentes destas populações, eles se convenceriam de que é fatal a resistência a qualquer tentativa desse gênero – resistência brutal e horrenda. É do próprio caráter das populações. Sem dúvida que, na guerra formal, as nações sul-

americanas sucumbirão. Fracas, desorganizadas, pobres, elas não lutarão por muito tempo; mas é esta fraqueza, mesmo, esse estado de desorganização e atraso, que lhes permitirá resistirem longamente, e bravamente, à conquista e ao domínio ou influência política, mais ou menos disfarçada, do estrangeiro. Gentes incultas, afeitas às lutas cruentas, amando-as; resistentes, destemidas, bravas até à ferocidade, quase insensíveis à dor – tal é o grau de selvageria em que ainda se acham, desabitadas de todo o conforto, vivendo ao acaso, despreocupadas do futuro – estas populações passarão a viver na guerra permanente, sem que isto lhes traga nenhum gravame especial. Pelo contrário, nas aventuras bélicas, encontram elas satisfação às inclinações e necessidades mais vivaces da sua organização moral, tecida de instintos guerreiros, desenvolvidos por três séculos de revoltas e lutas contra todos, e principalmente contra o próprio governo. “Mas são governos fracos...”, repetem alguns políticos, convencidos de que bastaria instalar-se aqui um Estado forte – muitos canhões e fuzis – para que todas essas populações se resignassem a uma obediência integral, e passassem a viver a vida calma e regulada dos cativos disciplinados. É que tais políticos mal conhecem as razões de proceder destas gentes – alheias à influência dos elementos que compõem os governos fortes. Que é que vem a ser um tal governo? Aquele que tem o apoio da opinião e está resolvido a fazer valer as suas prerrogativas e direitos. Tudo isto, e mais os fuzis e canhões, pouco valem diante da rebeldia irraciocinada de indivíduos que a si mesmos repetem com orgulho: “fique só têm o dia e a noite...” E isto lhes basta: a fome os não reduz – porque sabem alimentar-se do frugal que a natureza lhes dá; e a morte os impressiona tanto como ao bruto acuado e enfurecido. Que é que tem adiantado o governo forte dos Estados Unidos sobre a resistência dos filipinos?...

Na América do Sul, essa mesma resistência se fará – fatal, e fácilima. Fatal, porque está no caráter, no temperamento, nos instintos, na educação das populações; está na índole dos povos latinos, principalmente esses de origem ibérica. Fácilima, porque as condições de vida da massa popular – do elemento que alimenta as campanhas – nada sofrem com a perpetuação da luta. Será uma luta feroz, implacável, primitiva, intransigente como a do Paraguai, lutando cinco anos contra mais de metade da América do Sul, bestial como a desses 300 “jagunços”, que não se deixam apanhar vivos. Será uma resistência desorganizada, muitas vezes, mas por isto mesmo

permanente, irreduzível, garantida pelas condições gerais de vida, mais propícias do que não eram as dos portugueses e espanhóis, investidos pelas hostes de Bonaparte. A organização econômica é tão rudimentar, e a barbaria é tal, e o clima tão favorável, que o viver eternamente em guerrilhas parecerá uma delícia.

Além disto, é preciso considerar que há entre estas nacionalidades sul-americanas uma certa homogeneidade de sentimentos, ou que, pelo menos, não existe nenhuma incompatibilidade de raça ou de tradições, que as impeça de se unirem e se acordarem para a resistência. As condições em que se acham todas elas são tais, que o avanço do estrangeiro sobre um ponto qualquer do continente dará a todos os outros países o sinal de um perigo sério e imediato: a ameaça é para todos, e é natural que se combinem todos para a defesa. O ataque, para ser eficaz, teria de ser simultâneo – a todos os pontos importantes do continente; a empresa é, assim, mais difícil, e será, isto, uma causa a retardar qualquer agressão formal. Esta dificuldade, porém, resolve-se com um acordo diplomático entre os promotores da agressão possível. O que se deve examinar são as consequências de um tal ataque...

Estas nacionalidades sul-americanas estão, ainda, quase informes, mal se distinguem; mas são realidades, são coisas que existem. Nasceram, têm vivido, têm lutado séculos, lutas estimuladas e entretidas todas elas por estas idéias de liberdade. “São veleidades”, dirão... talvez; e é bem certo que elas estão muito longe ainda do regime de liberdade, consagrado nas suas leis. Não conhecem, quase, a verdadeira liberdade; todavia, só o prestígio, o mágico prestígio dessa palavra “liberdade” será bastante para revolucionar todos esses povos. Desde que um destemido, um patriota, um agitador, se levante – terá um exército consigo. Basta que lhes lembrem a “liberdade perdida”, e lhes falem da situação de “subordinados e oprimidos” a que serão reduzidos...

A verdade é que, nas condições atuais da América do Sul, só há dois meios de se constituírem aqui nacionalidades prósperas, cultas e fortes: ou deixar que as atuais, entregues a si mesmas, completem a sua evolução, e consigam remover as causas que ainda hoje entorpecem o seu progresso; ou, então, eliminá-las, eliminar literalmente as populações existentes, corno sucede aos selvagens da Austrália (contando, porém, que somos um pouco mais resistentes). Fora daí, supor que, depois de quase um século de

soberania ostensiva, estas nacionalidades – suficientemente esclarecidas para compreender o ultraje e a degradação de que são vítimas, e suficientemente inorgânicas e guerreiras para resistir facilmente, e manter a luta com sucesso e sem maiores prejuízos, por tanto tempo quanto for preciso – supor que tais nacionalidades irão aceitar, agora, como um presente do céu, a soberania estrangeira, que se oferece para educá-las e dirigi-las, é um engano tão grosseiro que torna os ares de urna estultícia. Se estas populações estivessem no caso de admitir, quietas e pacíficas, a intervenção governamental de nações estrangeiras, então viveriam pacificamente nos seus territórios, e não veríamos revoltas nem lutas, porque não seria possível agitá-las ou comovê-las e arrastá-las tão facilmente aos conflitos armados. Contam as grandes nações coloniais poder eliminar e destruir estes 40 milhões de habitantes, já hoje aclimados e estabelecidos na América do Sul? É difícil; e ainda é mais difícil subjugá-los. As grandes cidades, os portos, a zona dos caminhos de ferro serão dominados – e será tudo. E, para isto, quantos exércitos terão de ser mantidos aqui?... E a distância?... Uma população de 250 mil bôeres fez frente, durante três anos, a todas as forças de terra da Grã-Bretanha; e, no entanto, os ingleses estavam em situação bem mais vantajosa que a de qualquer invasor neste continente: tinham a colônia do Cabo como base de operações... Estabelecida aqui uma potência estrangeira qualquer, não dominará senão esta zona estreita da costa, o curso de alguns rios; e este domínio mesmo será eternamente contestado, a vida tornará o terrível aspecto das sedições locais. Quanto ao resto do continente – este mundo imenso – permanecerá em domínio dos naturais, já agora definitivamente barbarizados, em guerrilhas e rapinas. E, assim, é que se retardará a organização de sociedades pacíficas e cultas na América do Sul. Será o meio de incompatibilizar por uma vez estas gentes com a civilização; será este o meio de perpetuar o regime de conflitos em que têm vivido, e de fazer nascer e fortificar-se o ódio entre os naturais e os estrangeiros, tornando a vida difícil, tanto para uns como para os outros.

IV

Estes serão os efeitos reais de uma tentativa de absorção ou de conquista sobre a América do Sul. Ninguém lucraria com a aventura. Certamente que os mais prejudicados seríamos nós mesmos; já não é pouco

o mal que nos causa esse descrédito sistemático, essa malevolência permanente contra nós outros. Desanima, faz nascer apreensões; leva-nos muitas vezes a pôr em prática conselhos absurdos; gera a desconfiança contra os representantes dessas nacionalidades, que serão, amanhã talvez, os nossos agressores; e obrigar-nos-á, dentro em pouco, a consumir os poucos recursos de que dispomos, armando-nos quanto possível, transformando-nos assim, definitivamente, em nações guerreiras, quando os nossos interesses, todos, nos levariam justamente a abandonar as veleidades belicosas e militares.

Invadidos, atacados, o nosso destino será tristíssimo: senão o extermínio completo, pelo menos o retardamento do nosso progresso por muitas dezenas de anos; e mais ainda os males e dores, consequência dessas lutas cruéis. Com isto sofrerão os interesses superiores da justiça e da solidariedade humana, e sofrerão os próprios interesses materiais da Europa. O progresso geral da nossa espécie será prejudicado, forçosamente, nesta luta bárbara que se, acenderá; mas a responsabilidade do mal não poderá ser lançada aos agredidos. A defesa, a resistência, é, agora, um dever superior. Mesmo os que desejamos ardentemente a realização desse ideal de solidariedade e justiça, que anula entre os homens todas as distinções de castas ou de pátrias, mesmo os que sonhamos com essa unificação completa da espécie humana, e com a diminuição das barreiras que os Estados opõem à socialização completa de todos os esforços e à harmonia de todas as vontades; mesmo os que alimentamos estas aspirações não podemos admitir a intromissão violenta de governos estrangeiros em nossa vida interna; seria uma ofensa aos nossos direitos de homens livres. São estes nobres ideais mesmo que nos levam a não entregar a América do Sul, como uma presa certa e fácil, à pirataria das grandes nações; são estes ideais que nos ensinam a não encorajar, com o abandono de nós mesmos, esses crimes internacionais. Para ser livre, é preciso estar disposto a repelir a violência pela violência, e responder à guerra pela guerra. É nestas circunstâncias que o mais desabusado comunista não hesitaria em “tomar armas pela defesa da pátria”. Enquanto a força permanecer como razão suprema entre os povos, cada povo deve fazer-se forte, apto a defender os seus territórios e a sua liberdade, e fazer-se vigoroso para não ser absorvido. A liberdade é a condição essencial para progredir. A. Naquet, internacionalista, reconhece: “Um povo está morto, se não evolui segundo a sua própria tendência”. É-lhe indispensável o ser livre; e a mais elementar das liberdades para um

povo é esta: de escolher o regime político e o governo sob o qual tem de viver. Não se trata de uma simples questão de patriotismo; não, os que pedem a abolição de fronteiras e o esquecimento de preconceitos e privilégios patrióticos, pedem, finalmente, o afastamento de tudo o que possa impedir a generalização de uma justiça perfeita e de uma igualdade natural entre os homens. Ora, não há nada mais ultrajante a essa justiça e igualdade que o domínio de um povo sobre outro, tenha este domínio o nome que quiserem. Pede-se solidariedade e fraternidade, e não conquista e violência; e não há de ser pelas vitórias guerreiras de um povo sobre outro, impondo-lhe costumes e leis, violentando-lhes todos os sentimentos e tradições, que a humanidade se congraçar. Daí, só podem nascer conflitos, com que se retardará essa obra de unificação, porque ela não é para ser feita a tiros de canhão, nem pela submissão dos fracos aos fortes; ela se fará pela conquista das idéias, pela cultura do sentimento e pela harmonia das vontades.

Se é a verdade que a América do Sul é um dos pontos do planeta destinados a ir recebendo o excesso de população do Velho Mundo, torna-se um crime provocar as populações aí estabelecidas, acendendo-lhes os instintos guerreiros e anti-sociais, que naturalmente se associam aos sentimentos patrióticos. Em tal circunstância, o interesse moral está em auxiliar o progresso normal destas populações, em desenvolver quanto possível os laços de simpatia, facilitando a assimilação dos povos...

Repetindo estas verdades, aliás sedições e banais, nós o fazemos simplesmente por mostrar quanto é monstruosa e inútil uma agressão sobre a América do Sul; não pensamos em apresentá-las como argumento em favor dos “nossos direitos de nações soberanas”. No entanto, esses direitos existem; são tão reais e sagrados como os de qualquer outro povo; a violência de que fôssemos vítimas seria tão clamorosa e injusta como a dos alemães e russos sobre a Polônia, ou a dos ingleses sobre a Irlanda, ou a dos turcos sobre os macedônios e armênios. Mas, vendo que tais injustiças e opressões se perpetuam e se repetem, temos de reconhecer que tais direitos não se discutem com os fortes. Falando para eles, para este Ocidente implacável e ávido, o que há de prático é mostrar-lhe que, sob o ponto de vista mesmo dos interesses materiais e sórdidos que dirigem a política exterior dos Estados fortes, estes não têm nada a lucrar em investir contra a América do Sul: a campanha é difícil e o sucesso duvidoso. De certo, só haverá o seguinte: que toda a vida econômica se perturbará, e que, por

muitas dezenas de anos, estas nações comprarão muito menos do que atualmente comprem nos mercados europeus ou americanos. Tais argumentos modificarão, talvez, os planos a nosso respeito: que vantagem pode haver em inutilizar a América do Sul por trinta ou quarenta anos?...

V

Será este o modo de pensar de todos os que se acreditam com o direito de “pensar” na América do Sul? Naturalmente. Todavia, é possível que um ou outro pessimista, em momento de crise, tenha dito para si mesmo: “Ora, é fato que somos gentes ingovernáveis, e que estas loucuras não cessarão jamais; melhor será que venham logo ingleses, alemães e americanos; que nos governem, uma vez que não sabemos viver como povos livres”. São almas cândidas, que o desespero cegou; esquecidas da história dos povos conquistados, acreditam que a ação imperativa de um povo sobre outro seja capaz de produzir o progresso deste último. Que se voltem a estudar a vida do hindu na Índia, do felá no Egito, do árabe na Argélia... Pois é este o destino das populações sul-americanas, no dia em que outros nos vierem governar. Em primeiro lugar, é preciso compreender que a nação que nos agredir, não vem com o intuito humanitário de nos trazer o bem, a civilização e a paz, e de preparar a nossa organização social e política; a justiça, a moral, o direito, o conforto que eles aqui estabelecessem seriam para eles... Para os conquistados, as geenas. Se vêm cá, é para fazer negócio – é o termo próprio; vêm buscar riqueza, impor os seus gêneros e indústrias, e extrair deste solo as fortunas latentes que aí estão. Para se garantirem, trazem governo, autoridades, leis, fuzis, canhões e soldados; o braço, o trabalhador será tirado das populações naturais; a teoria das raças inferiores justificará todas as opressões e cativos, mais ou menos disfarçados, que nos serão impostos – tal como sucede na África.⁸¹ Certamente, não será com discursos que eles tratarão de arrancar aos infelizes americanos o trabalho de que precisam, nem será com

⁸¹ Senhores do Transvaal, os ingleses reconheceram que era preciso obrigar os cafres a trabalhar para eles, ingleses, nas minas. Como fariam? O cafre não se preocupa com riqueza e despreza o salário: impuseram-lhe, então, um imposto de capitação, pesadíssimo, e o cafre, para ter a soma, é obrigado a trabalhar, quando não – é condenado...

blandícias que os levarão a aceitar o regime conveniente aos interesses dominantes.

Mais do que nunca, a América do Sul, conquistada, será uma associação de malfeitores, regida por tratantes e cruéis, fazendo reinar o mal e a servidão. Tal é, para as vítimas, a epopéia da colonização, soberbamente ilustrada no quadro atual dessa Índia, rica e inteligente, descendo da poesia dos Vedas e da moral do Buda à banalidade e à mercancia dos caixeiros britânicos, degradada, de dominação em dominação, degradando os próprios dominadores....⁸² Haverá prosperidade aparente – prosperidade nas classes dirigentes, que serão todas constituídas pelos agressores; e, ainda assim, é preciso que as populações se submetam e se resignem, o que não lhes será fácil, nem impedirá que elas sejam infinitamente mais infelizes do que o são atualmente. Basta pensar no seguinte: se já é difícil a estes povos suportar a disciplina social e política, direi mesmo as opressões representadas nos governos saídos das próprias nacionalidades, quanto mais aturar o domínio e os rigores de autoridades e instituições que estão em conflito com os seus sentimentos e tradições!... Em tais casos, há sempre duas justiças e duas liberdades – uma para o dominante e outra para o dominado. E esta desigualdade não existirá somente para os desgraçados, que serão reduzidos ao trabalho obrigatório, à reclusão por vagabundagem, e desterrados de um ponto para outro do território, arrancados ao meio e aos costumes a que estavam adaptados. Não; ela existirá para todos. Ingênuo o que pensar que, estabelecida aqui a “influência” de uma nação estrangeira, as atuais classes dirigentes e privilegiadas continuarão a manter a situação de hoje. Elas serão as primeiras e as mais implacavelmente aniquiladas, porque são menos resistentes, mais reduzidas em número, e as mais perigosas como instigadoras à revolta; e também porque seriam inteiramente inúteis aos novos dominadores. Não é sobre a massa popular da Polônia que os agentes do kaiser ou do czar mais se encarniçam... As influências, tutelas, protetorados, conquistas etc. caracterizam-se justamente

⁸² Todos os povos ocidentais participam dessas atrocidades; mas a palma, atualmente, cabe aos implacáveis anglo-saxões. Como desfaçatez e crueldade, nenhum os sobreleva. A fome, organizada e preparada periodicamente na Índia, como recurso para melhor dominar as populações, as atrocidades de Cartum e das Filipinas, a guerra feita à China para manter o direito de envenenar-lhes as gerações com o ópio tirado ao trabalho do hindu, tudo isto nos diz muito bem que esses anglo-saxões, já tenazes por temperamento, são de uma tenacidade especial quando se aplicam a oprimir e espoliar os outros povos.

por isto: a substituição das classes dirigentes – no todo ou em parte – por outras, constituídas por indivíduos da nação protetora ou conquistadora. Esta espoliação é fatal; não só porque ela resume em si a conquista, e é o meio prático de tirar todo o partido da colônia ou do protetorado, como porque vem a ser a garantia mais segura de submissão. Quanto ao povo, propriamente dito, este só será eliminado se se mostrar irredutível, insubmisso, e eternamente incompatível com os novos costumes que lhe quiserem impor, ou se os indivíduos se mantiverem inteiramente inúteis.

Em verdade, porém, seria desconhecer as mais explícitas das qualidades de caráter nos americanos do Sul (refiro-me a indivíduos que por sentimento e origem se prendem efetivamente a estas nacionalidades), seria desconhecê-las, o acreditar que haja alguém capaz de desejar o domínio de uma outra nação sobre a sua pátria, ou, sequer, a simples interferência estranha nos negócios da sua vida privada. Pelo contrário, todos padecem de exageros de patriotismo, e de excessos de suscetibilidades. Reconhecem todos ser um erro pensar que um povo que já tem uma existência política autônoma por um século, quase, pode prosperar, e, principalmente, ser feliz, governado por um outro. Mesmo para as populações mais rudimentares e ingovernáveis, é preferível – não só para elas, como para a humanidade em geral – que o seu governo saia espontaneamente do seio delas, representando o sentir da maioria, e que exprima a vontade, mais ou menos consciente, da coletividade. Esta é a convicção geral – dos que têm convicções no assunto; e ninguém admite a possibilidade de um domínio estranho. O que há, da parte de muitos, e que provoca comentários mortificantes, é o desalento, a desconfiança no futuro, atenta à lentidão do nosso progresso; é o receio de que essa lentidão não signifique uma incapacidade social para organizarmos definitivamente e sairmos desse estado de atraso, ignorância e desordem. Tal desalento deriva mais da influência dessa reputação malevolente feita e generalizada sobre a América do Sul do que mesmo de um exame das nossas condições reais. Se se deixassem um pouco de lado estes maus juízos sistemáticos a nosso respeito, e se se estudassem bem os fatos reais, reconhecer-se-ia que não há razão para desânimos absolutos.

As nações sul-americanas em face à civilização e ao progresso

Toute velleité de dogmatisme est impuissante à établir la paix morale. La paix ne sera donnée aux consciences humaines que quand elles auront su la mériter par la probité intellectuelle, qui consiste à ne respecter qu' après avoir vérifié.

Louis Havet

I

Há desanimados? É natural; isto não significa, porém, que tenham razão os que sustentam que estas nações jamais se organizarão definitivamente, e que jamais progredirão. As alegações pseudocientíficas com que se queria provar uma pretensa inferioridade étnica são tão insubsistentes que nem encobrem a natureza dos sentimentos onde se inspiram os célebres sociólogos e cientistas inventores das raças nobres. E quanto à história? Haverá, aí, elementos que autorizem esse juízo sobre a nossa incapacidade para a civilização? Dar-se-á que as leis gerais do progresso impliquem a nossa condenação?

De forma nenhuma.

Têm-se visto, é verdade, povos que, após um certo período de progresso, chegados a um estado de civilização superior, degeneraram e decaem; mas não se pode afirmar que existam povos condenados a uma eterna barbaria, por serem essencialmente incapazes de progredir. É que a decadência e degradação têm como causa um fator que surge com o próprio progresso da civilização – é o parasitismo, sempre e por toda parte o parasitismo, causa das causas, causa primeira, resumindo a história de todas as decadências em que vão desaparecendo os povos e as civilizações, Progride um povo, a sua vida se complica, organiza-se o trabalho, acumula-se riqueza, e a nação se distribui, então, em duas camadas – uma espessa, a maioria, embaixo, penando, trabalhando; outra em cima, dominando, dirigindo, gozando o fruto do trabalho dos que vivem miseravelmente e que são os únicos a produzir. Se chega um momento em que essa classe dominante concentra em si, efetivamente, todas as funções sociais (fora o trabalho material), assenhoreando-se de todos os encargos oficiais,

resumindo toda a riqueza, monopolizando o saber, reduzindo todas as vontades – se chega esse momento em que ao parasitismo da classe dominante se junta a opressão absoluta, o embrutecimento sistemático da massa popular, a nação está perdida. Assim têm morrido todos os grandes impérios, assim se esgotaram as velhas civilizações.

Já foram estudados alguns dos desastrosos efeitos do parasitismo de uma classe sobre a outra, numa mesma sociedade – efeitos acusados pela decadência física e pela extinção progressiva dessas mesmas classes superiores, extinção que só não é mais sensível pelo renovamento que se fez continuamente, à custa das camadas sociais inferiores. Completemos agora esse estudo, analisando os efeitos morais de te parasitismo, e as suas conseqüências sociais e políticas, quando chega o momento em que esta renovação não se pode fazer.

No estado primitivo, o homem não trabalhava senão o bastante para ir tirando a natureza os produtos elementares que ela lhe oferecia, tirando-se à medida que a fome, a sede, o frio, a isto o impeliu; trabalho aturado, contínuo, acúmulo de riqueza não havia. Lutavam entre si vários grupos pela posse dessa mesma natureza, donde pudessem haver os elementos de vida; e foi somente quando os costumes já se humanizaram um pouco, e o homem se libertou um tanto das suas condições naturais de “animal lutando pela vida”, foi quando o homem se humanizou bastante para não sacrificar e eliminar o inimigo vencido que o trabalho se organizou, e pôde haver riqueza. Estes vencidos já não eram mortos, mas escravizados – obrigados a trabalhar para o vencedor, a trabalhar tanto que pudessem nutri-lo, e aí da sobrasse alguma coisa para ir-se acumulando. Grandes vantagens advieram daí ao progresso humano. Não cabe aqui discorrer sobre elas; queremos, apenas, mostrar como se fez que as sociedades humanas se constituíssem de duas classes – dominantes e dominados, trabalhadores e exploradores do trabalho alheio. Foi esta uma fase necessária na evolução social, uma transformação de costumes decisiva na história desse progresso; mas, justamente porque foi o resultado de uma transformação, é evidente que não pode ser uma forma última, definitiva, senão um simples estágio na evolução; e que a sociedade não pode persistir eternamente sob a forma de parasitas e parasitados. No momento em que uns homens se constituíram em donos de outros e os obrigaram, e os habituaram a trabalhar, houve um grande avanço na conquista da civilização; mas, desde esse momento, em cada grupo, a classe que se constituiu em parasita foi

condenada a declinar e a extinguir-se, a degradar-se em todos os sentidos. A própria evolução e o progresso humano ficaram ameaçados de retardamentos e recuos por parte desses mesmos dominantes.

Na discussão geral dos vícios derivados do parasitismo, ficou patente que um dos principais é o conservantismo obstinado das classes superiores, pelo aferro à situação que lhes parece mais cômoda, pela atrofia das energias físicas, pelo divórcio da natureza. Em regra, elas se tornam, mesmo, inimigas do progresso. Só quando a miséria se generaliza e vem até eles, pensam os dirigentes em “melhorar”; ainda assim, na prática, as suas reformas tendem sempre a satisfazer aos próprios interesses, e querem conduzir as massas para afeiçoá-las a esses mesmos interesses. O verdadeiro impulso para o progresso é dado, naturalmente, pelos que sofrem e são oprimidos. São eles que, mordidos pela miséria, de arranco em arranco, atiram a sociedade para diante, ora quebrando os diques da resistência conservadora, ora disputando um lugar entre os mesmos dominantes, tornando-se voz ativa nos seus conselhos, forçando-os a uma ou outra concessão. O caso dos raros progressistas e inovadores saídos das classes conservadoras não destrói a regra comum porque, em verdade, é na classe dos oprimidos que eles se vêm amparar, quando, ou a ambição, ou mesmo o altruísmo, os leva a lutar em prol da justiça.

Felizmente, o próprio parasitismo, degradando os dominadores, os enfraquece e os elimina a pouco e pouco, e torna possível a infusão de elementos novos. É à regressão parcial e constante das gentes conservadoras que a sociedade deve o não ser sufocada, afogada na estagnação. Todavia, essa renovação não se faz tão facilmente que a resistência inicial não produza os seus males, ou que se não reflita sobre a sociedade a degradação moral e intelectual, que acompanha a degeneração geral das classes elevadas. Em todos os tempos foi notada essa degradação física. Maudsley, já citado noutra parte a propósito do enfraquecimento e da extinção gradual dos parasitas, continuando a sua observação, diz: “Quando isto não se dá (a extinção), resta sempre, nestas famílias enriquecidas, uma velhacaria e duplicidade instintivas, um extremo egoísmo, ausência de verdadeiras idéias morais”. Jacoby,⁸³ se bem que apontando como causa

desta decadência fatores verdadeiramente metafísicos, não pode negar a sua evidência.

Da imensidade humana surgem indivíduos, famílias, raças, que tendem a elevar-se sobre o nível comum; alcançam penosamente os cimos abruptos, chegam ao alto do poder, riqueza, inteligência, talento, e uma vez aí estabelecidos (dominantes – parasitas), são precipitados embaixo, e desaparecem nos abismos da loucura e da *degenerescência*... Este fenômeno explica o ciclo de vida das nações civilizadas. Pelo fato da seleção e da lei fatal da extinção das raças privilegiadas, os povos se civilizam, sobem ao fastígio da grandeza, depois declinam rapidamente e desaparecem, *esgotados*, aniquilados; e são substituídos por povos mais jovens... isto é, que não estão esgotados.

Jacoby fala em “seleção e hereditariedade”; nem um, nem outro destes dois fatores explica, só por si, a decadência em questão, a qual parece justamente desmentir a realidade de um e de outro. Se um povo, uma casta ou uma classe, é mais vigorosa, mais apta hoje, a ponto de vencer, dominar uma outra, como se pode dar então que, persistindo a seleção natural a conservar os mais aptos, e concorrendo a hereditariedade para manter, de geração em geração, no grupo vencedor, as qualidades que o caracterizam – como sucede, então, que, depois de certo tempo, seja esse grupo superior ao que se vai eliminando pouco a pouco?!... Em tal caso, ou a hereditariedade falhou às suas leis, ou não há esta seleção natural dos mais aptos, a menos que não intervenha um novo fator, provocando, nos que eram primitivamente mais aptos, a perda das energias que lhes davam tal primazia. E é isto justamente o que sucede. A posição de parasitas em que esses dominantes se colocam provoca a degeneração e a decadência; e a seleção natural continuando a fazer-se, são eles os eliminados, porque se tornaram por seu turno menos aptos. Se assim não fora, os infelizes e oprimidos não veriam jamais o dia de libertar-se. É por isto que Spencer⁸⁴, referindo-se à eliminação das classes privilegiadas, diz: “A seleção produz efeitos contrários, que se neutralizam”. No entanto, na sua generalidade, historiadores, sociologistas e psicólogos ainda não tomaram na devida conta a ação preponderante do parasitismo, nessa decadência constante dos povos dominadores e das classes privilegiadas; constatam o fato e, ao explicá-lo,

⁸³ Jacoby, *Estudos sobre a seleção no homem, e suas relações com a hereditariedade*.

⁸⁴ Spencer, *Biologia*, t. II, cap.12.

ou invocam razões de ordem verdadeiramente mística, ou, então, suspendem o juízo, não sabendo o que pensar desse fato, que aparentemente se contrapõe às idéias correntes de hereditariedade e seleção. Em 1847, já indagava Lucas:

Por que jogo da natureza, do sábio Péricles podem sair dois tolos como Parolos e Xantipos, e um furioso como Clínias? do íntegro Aristipo, um infame Lisímaco? do grave Tucídides, um inepto Milésio, um estúpido Stefanos? de Fócion, o temperante, um dissolvente como Focus? de Sófocles, de Aristarco, de Sócrates, de Temístocles, filhos indignos?⁸⁵.

E assim continua, citando os filhos degenerados de Cícero, Germânico, Vespasiano, Marco Aurélio, Henrique IV, Luís XIV, Cromwell, Pedro, o Grande etc. A resposta a esta pergunta já se acha em Aristóteles, quando salienta o fato de serem aquelas cidades gregas constituídas por duas sociedades: os cidadãos – dominantes, e os escravos, à custa de cujo trabalho vivem todos. Eis aí a razão por que aqueles gregos, que produziram relativamente o maior número de gênios de que se honra a humanidade – os criadores da arte e da filosofia, degeneraram e chegaram a esse declínio triste, de arte afetada, morta, abandonada pela inspiração, e de “filosofia copiosa e nula, logomaquia vã”. É aí que se devem buscar as verdadeiras causas, e não nos motivos metafísicos, como os formula Jacoby:

As nações se esgotam como os terrenos não adubados, e é neste sentido que se deve compreender o fenômeno que se chamou, na história, velhice e decrepitude das nações (...) As leis da natureza são imutáveis; e aí de quem as viola! Cada privilégio de que o homem se investe é um passo para as degenerescências, as frenopatias, a morte da raça. Abaixando quem quer elevar-se acima do nível comum da humanidade, castigando os orgulhosos, vingando-se do excesso de felicidade, a natureza encarrega os privilegiados de serem os algozes de sua raça.

Retóricas; a natureza não castiga ninguém, nem conhece orgulhosos. Ela é inexorável, efetivamente – para aqueles que a abandonam, para aqueles que, achando o meio de viver, sem pôr em contribuição as suas energias e atividades, as vão perdendo gradualmente, no todo ou em parte.

⁸⁵ Lucas, *Traité philosophique et physiologique d'hérédité naturelle*, p.153.

Falar em vinganças da natureza sobre os excessos de felicidade, não é dar uma explicação científica do fato. Melhor seria substituir natureza por Deus; pelo menos, a gente de sacristia compreenderia a importância da causa, e o tal castigo aos orgulhosos teria sentido.

É por não tomar em consideração essa influência parasitária, que o próprio Ribot apresenta razões bem parecidas com essas de Jacoby:

Toda família, todo povo, toda raça traz consigo ao nascer uma certa dose de vitalidade, uma soma de aptidões, que duram até o momento em que a família, o povo, a raça, cumpriu o seu destino. Desde então, essa dose de vitalidade começa a enfraquecer-se e a decadência começa (...) A causa direta (desta decadência) está nos costumes, nos hábitos e nas idéias religiosas, nas instituições e leis, que são tão eficazes quanto possível para trazer o abastardamento da raça⁸⁶.

Como se vê, o respeitado psicólogo explica o fato pelo fato.

Em primeiro lugar, constata que os povos, chegados a um certo grau de evolução, decaem; e, então, nos diz que eles cumpriram o seu destino. Pura metafísica; raças, com um destino preestabelecido, e uma porção de vitalidade, dosada proporcionalmente ao supradito destino – são coisas que se não distinguem quase dos *povos predestinados, direito divino, povo de Deus...* Em segundo lugar, ele acusa os costumes, hábitos, instituições, religiões, regimes... Explicação nula; sob um mesmo regime, com a mesma religião e instituições, têm-se visto os povos progredir, elevar-se e decair depois. Quanto aos costumes e hábitos, é preciso não considerá-los com fatores que vêm do além, para agir com força própria sobre os homens. Em verdade, não são os costumes depravados e os hábitos dissolutos e as leis retrógradas que produzem a degeneração e a decadência dos indivíduos; é, sim, a degeneração que produz a depravação dos costumes e da moral. Aliás, é o próprio Ribot quem o reconhece – que estas explicações não explicam grande coisa: “Os historiadores explicam ordinariamente as decadências pelo estado dos costumes e dos hábitos, das instituições e do caráter, o que é exato num certo sentido; mas são razões um pouco vagas; há, como se vê, por detrás delas, um causa mais profunda, uma causa orgânica...”⁸⁷. Esta causa, Ribot não a nomeia; acredita mesmo que, “por

⁸⁶ Ribot. *op.cit.*, p.275.

⁸⁷ Ribot. *op.cit.*, p.277.

muito tempo ainda, ela será ignorada”. No entanto, ela é bem fácil de ser reconhecida; nós bem sabemos qual é. Vamos aos fatos para ver como esses povos, essas nações antigas decaíram, no momento em que a opressão e a exploração do conservantismo dominante mataram, por sua vez, todas as energias das classes inferiores.

Vivendo parasitariamente, séculos e séculos, essas classes dominantes perderam todas as qualidades de caráter, moralidade e inteligência, e quanto mais se corrompiam mais conservadoras se faziam; num certo momento, tornaram-se incapazes não só de progredir como até de defender-se. Por seu turno, a massa popular, embrutecida, degradada pela servidão secular, já não conhece estímulos; se a nação é atacada, esta massa popular, passiva e anulada, não oporá nenhuma resistência. É assim que a Assíria, Egito, Pérsia, Índia, Grécia, Roma... foram abatidas.

No dia em que Roma foi constituída por um grupo de gentes enfastiadas de riqueza, grandes proprietários gozadores, vivendo sobre o trabalho de milhares de escravos nos latifúndios e minas, e que estes proprietários se organizaram de modo a tirar desse trabalho o custo dos seus gozos e o soldo para os mercenários; no dia em que as contribuições e os tributos dos vencidos permitiram ao governo imperial o alimentar do erário público toda a população da cidade eterna; no dia em que a grande massa dos escravizados foi bastante degradada para não trazer sombras nem desassossegos aos senhores no gozo desbragado dos seus privilégios parasitários – nesse dia Roma entrou a desaparecer. Durante muito tempo, a antiga pátria dos Cévolas e Numa Pompílios viveu iluminada, defendida e dirigida pelas gentes que se levantavam das camadas inferiores, dentre os antigos servos, ou dos vencidos das províncias. Foram esses novos elementos que sustentaram, por centenas de anos, o antigo nome romano; a velha Roma, corrompida pelo parasitismo, dissolvia-se. Que diferença entre o heroísmo dos Cocles e a covardia das legiões nobres de Pompeu, que fugiam antes de feridas pelos bárbaros de César! Entre a virtude das Lucrécias e o desregramento dessas romanas que vinham gemer delíquios nas termas!... Foi porque a política dos antigos latinos permitia a renovação incessante das classes dominantes, degeneradas, por elementos novos, que a grande nação subsistiu por tanto tempo. Todavia, num certo momento, o parasitismo foi tão extenso que abrangia toda a população; só não eram

parasitas esses escravos que, no fundo das minas, arrastavam a miséria de uma existência, onde não havia mais nada de humano.⁸⁸ Roma tinha o mundo inteiro para sustentá-la, ninguém trabalhava – panem et circenses distribuía o Estado a toda gente; a degeneração foi completa, não houve mais, dentre os que se orgulhavam do nome romano, quem fosse capaz de resistir às ondas bárbaras, vigorosas e sãs.

Nas grandes nações atuais, o que se vê é isto mesmo: classes dominantes, parasitando sobre o resto da sociedade. Mas, aí, as condições de liberdade permitem a renovação constante dessas classes. As camadas inferiores são os viveiros donde saem continuamente os novos elementos, que lhes vêm dar vigor, e cobrir os claros, compensando o que a degradação parasitária tem consumido. São esses elementos que, assim, asseguram a vida à nação, garantindo o seu progresso, contra o conservantismo essencial dos parasitas, até que, afeiçoando-se ao parasitismo, os novos entrados se tornem por sua vez conservadores, e resistam amanhã aos que tiverem surgido depois. Eis aí por que “a revolta social de ontem é a opressão política de amanhã”... São esses novos elementos que, pelas energias próprias de que são possuídos, mantêm na sociedade a soma de vigor e de inovação precisa para que se continue a obra civilizadora. É à custa deles que as sociedades vivem e progridem, até o dia em que a justiça se imponha a todos os homens, e desapareçam estas iniquidades e distinções – dominantes e dominados, parasitas e explorados. Até lá, é a massa popular que representa a garantia, o futuro e o progresso das nacionalidades. Quando o abandono e a miséria lhe aniquilam todas as energias, quando o embrutecimento lhe mata os estímulos, reduzindo-a à imbecilidade, quando a opressão e a exploração a deformam e a degradam, até o ponto de lhe abafar todos os ímpetos, e que a multidão perde mesmo a faculdade de se revoltar contra esta opressão – nesse dia, morreu a nacionalidade.

⁸⁸ “(...) Esses desgraçados, que nem sequer podem manter o asseio do corpo, nem cobrir a sua nudez, nem chorar a sua sorte miseranda. Nem para os enfermos há compaixão, nem para os mutilados, nem para os velhos, nem para as mulheres frágeis”. Assim descreve Diodoro, da Sicília, a condição dos escravos naqueles tempos.

II

Não é este o caso das repúblicas sul-americanas. Delas, nem mesmo se pode dizer que sejam nações decadentes; porque, em verdade, nunca estiveram em estado mais próspero, nem mais adiantado e culto que o atual. Pelo contrário, têm progredido, mais ou menos lentamente, é certo, mas têm progredido, e continuarão a progredir, porque não há nenhuma causa essencial que a isto se oponha, nem as condições sociais são tais que elas se vejam fatalmente condenadas à decadência e ao desaparecimento. Vêm avançando lentamente, dificilmente, porque a influência do passado ainda é muito viva, porque os elementos refratários, mais ou menos conscientes, são muito fortes. Todavia, apesar da infinita complexidade dos processos, a história nos mostra que os elementos progressistas vão vencendo geralmente, ganhando terreno sobre os outros, e estas sociedades têm dado provas de poder alcançar uma cultura superior. A massa da população, onde entra em tão grande dose o sangue de raças novas e sadias e as ondas de emigrantes, gentes fortes – pois que, é bem certo, só os fortes emigram – a massa da população tem revelado possuir o vigor e a energia precisos para exigir, promover e alimentar esse esforço no caminho do progresso. Tudo está em que a tratem como é mister.

Convém repetir: não há razões científicas, nem outras, que autorizem o sociólogo a declarar um povo, qualquer que ele seja, incapaz de progredir. Neste particular, tudo o que a observação e o exame histórico alcançam se resume nestas duas verificações: que certos grupos humanos, devido às condições favoráveis do meio ou do momento, alcançaram mais cedo do que outros uma forma elevada de cultura; e que, devido ao parasitismo exagerado, de umas classes sobre as outras, certas nações se corromperam e decaíram. Têm-se visto, é certo, povos que, mesmo antes de chegar a um estado adiantado de civilização, são vitimados, oprimidos e exterminados ou absorvidos, como os indígenas nas duas Américas, na Oceania, como os bôeres no Sul da África. Mas esta fraqueza relativa não significa, de modo nenhum, incapacidade orgânica para o progresso. Na Inglaterra, os celtas foram vencidos e dominados e absorvidos pelos normandos e anglo-saxões, e ninguém dirá que o celta seja uma raça refratária ao progresso. Mesmo quanto aos hotentotes e australianos, a ciência não pode afirmar que, tratados humanamente, entregues a si mesmos, recebendo apenas o influxo suasório do progresso social, tais povos não progrediriam, chegando a constituir sociedades vigorosas, prósperas e altamente moralizadas.

III

Pelo que respeita aos americanos do Sul, é até insensato negar-se-lhes essa aptidão ao progresso. Tal aptidão existe, desde que existe inteligência capaz de compreender e acompanhar o progresso intelectual dos outros povos, adaptando-o às próprias necessidades, inteligência apta, em suma, a elevar-se até o movimento científico do momento; e desde que existem qualidades ou instintos sociais, capazes de se desenvolver pela educação, estreitando de mais em mais os laços de solidariedade humana. Contestará alguém que possuam tais dotes os sul-americanos?... Nega-se-lhes, é verdade, força de vontade... Sim, a vontade nesses povos parece frouxa. Já estudamos e discutimos longamente as causas que produzem este amortecimento de vontade, essa falta de tenacidade nas gentes dominantes: o viver divorciado da natureza, fora de todos os estímulos de inovação e de progresso, o regime anti-social, de fixação absoluta, de conservantismo integral, de opressão e parasitismo. Um tal regime conduz fatalmente ao aniquilamento da vontade. Vontade é o ato do espírito pelo qual o homem examina, escolhe, delibera e decide, em vista das condições e situações novas que a vida lhe oferece, no seu transformar contínuo; é a faculdade de achar o caminho para avançar, e de atender aos imprevistos que se ofereçam na derrota para o futuro. Não há exame, nem escolha, nem deliberação, nem decisão, para quem se acha fixado num programa, parado, imóvel, voltado exclusivamente à função de conservar. Assim, a vontade, que se não exerce, embota-se, atrofia-se. “Só o costume é conservador; a vontade é inovadora (Tarde)”. Para estar parado, conservando, não é mister empenho, nem vontade; basta dormir, entregar-se à inércia.

A vontade é essência da atividade e da transformação, como a inércia é a essência da conservação e da resistência. Não podiam desenvolver, nem apurar a vontade, no esforço e na tenacidade, essas gerações que assim viveram.

Nem o podiam fazer, tampouco, os miseráveis escravos, ou oprimidos das classes inferiores, a quem era negada toda liberdade. Quem diz vontade, diz liberdade para querer, alternativas para escolher, conhecimento para julgar e deliberar; não se queira achar vontade culta e tenaz em quem nasceu escravo, e viveu toda a existência dominado, abatido, subjugado o corpo, anulada a inteligência pela ignorância. Não percamos de vista que a vontade não é uma faculdade primitiva; ela tem a

sua origem nas outras energias físicas; é uma faculdade que existe sempre em germe – nas outras atividades, e que se desenvolve pelo exercício e se fortalece pela educação. O homem tem a vontade que os seus sentimentos lhe crêem e impõem, e orienta-a segundo o grau de cultura da sua inteligência – segundo esta lhe indica a inconveniência ou a conveniência do ato. Em verdade, toda a gente tem vontade, porque toda a gente quer, e toda a gente sabe dirigir sistematicamente os seus atos para um fim; toda a gente se decide, quer dizer, escolhe entre as várias solicitações orgânicas e morais que nos assaltam a cada momento, e toda a gente sabe de antemão do resultado dos atos que empreende. O gaúcho que suporta frio, fadiga e fome, atrás do caudilho chefe, e morre lutando por ele; o caboclo ou o cabra que faz três léguas a pé, depois de uma jornada trabalhosa, e passa o resto da noite a sapatear num samba, têm vontade – têm “poder de vontade”, tal qual o sábio que se entrega, por oito, dez anos, à investigação de uma verdade, esquecido o resto do mundo; qual o “politiqueiro” que sacrificou todas as preocupações de dignidade pessoal, suprimiu o amor-próprio, acumulou infinitos de intrigas para... desiludir-se amanhã, quando alcançar a pasta apetecida. Falta ao primeiro essa constância de querer, essa continuidade de ação, dirigindo a vida para um fim único, subordinando o presente ao futuro... Mas aí o que falta não é propriamente a vontade: são as preocupações superiores, é a cultura moral e intelectual, mercê da qual o indivíduo pode fazer da vida uma representação ideal, e traçar a sua linha de proceder para alcançar o fim entrevisto e desejado.

Essa é a condição primordial para a educação, formação e desenvolvimento da vontade. “Nos momentos críticos, o difícil não é cumprir o dever – é saber em que ele consiste; o difícil não é só ter vontade” – é saber orientá-la. Obtida essa cultura do sentimento, e preparada a inteligência, apurar a vontade, fortalecê-la, é coisa relativamente fácil. É sempre à sensibilidade e ao entendimento que se faz apelo na educação da vontade, para adquirir as decantadas virtudes: “tenacidade, resolução, decisão, inflexibilidade, força de caráter”, que resumem essa mesma coisa – uma vontade esclarecida, apoiada em sentimentos vigorosos. Em verdade, não há raças tenazes, nem povos irresolutos; há gentes de vontade educada, e gentes incultas, que agem segundo a inclinação e os apetites ou necessidades do momento, e nas quais as funções cerebrais superiores não são ainda suficientemente desenvolvidas para exercer o seu poder inibitório sobre a vida emotiva,

sobre as paixões e violências da baixa animalidade. “*Il n’y a point d’ âme si faible qu’ elle ne puisse, étant bien conduite, acquérir un pouvoir absolu sur ses passions*” – isto já o sabia Descartes. A vontade se adquire, a vontade se perde... Eduquem-se as almas inconstantes destas populações, habituem-nas a vencer as impressões do momento, ensinem-lhes a conhecer as conseqüências últimas dos atos imorais, esclareçam-lhes as inteligências, de forma que possam prever as conseqüências longínquas do seu proceder atual, haja em torno delas uma opinião pública, cada vez mais justa e livre, e daí sairão as gerações de fortes, capazes de dominar-se a si mesmos, capazes de lutar e progredir. Desenvolva-se a educação social pela propaganda dos interesses coletivos e das aspirações superiores; cultivem-se as inclinações altruísticas, faça-se apelo aos instintos de simpatia, fale-se de bondade e amor; ponham-se a nu as iniquidades, comentem-se as injustiças – e a noção do dever próprio e do direito alheio se imporá a todos, e os indivíduos irão, pouco a pouco, habituando-se a coibir os apetites baixos e a evitar tudo o que possa ofender a liberdade dos outros; e os homens se esforçarão por satisfazer seus instintos de bondade e compaixão. Ensinem-lhes como se fazem as grandes obras pelo concurso dos esforços múltiplos; façam a ciência do trabalho, evitando as fadigas inúteis, tornando o trabalho remunerador, mostrando o meio de bem utilizar o preço do labor diário; dêem-lhes estímulos e necessidades novas; ofereçam-lhes conforto, indiquem-se os meios de adquiri-lo; salientem a importância de cada gênero de atividade – e todos virão, pouco a pouco, labutar, não coagidos, mas conquistados pelo exemplo, impelidos pelos desejos. Eduque-se a sensibilidade, fale-se ao gozo estético, haja bons modelos – e o gosto se apurará. Então, eles poderão amar, de um amor igual, o bem, a justiça, o belo, a verdade e o trabalho; serão capazes de conceber ou compreender um ideal – uma forma de existência superior à atual, e serão homens para consagrar a vida à realização de uma conquista: eis a vontade em toda a sua plenitude... Pois não é verdade que nas classes mais cultas das sociedades sul-americanas se encontram dezenas de indivíduos que deram provas de possuir vontade culta, indivíduos que, pelo esforço próprio, por uma auto-educação, e guiados apenas pela própria inteligência, dedicaram a sua vida a um fim e se tornaram modelos de tenacidade?!... Por que é que a maioria, educada conveniente e sistematicamente, não adquiriria essas mesmas virtudes?... Não há nisto nada de impossível.

IV

Nem é impossível fazer destas sociedades atuais nacionalidades livres, prósperas e felizes; o que é impossível é transformá-las em grandes, ricas e poderosas nações, dentro de seis ou oito anos, como o pretendem os estadistas de vistas curtas, cuja ambição mais nobre é a de mirar-se na grandeza das próprias obras e que, por isto, se obstinam em *curar sintomas*, desprezando as causas dos males sociais, e se esforçam em criar Estados arquipotentes e prósperos sobre nações atrasadas, entanguidas e depauperadas. Raros, raríssimos são os que pensam nestas obras de educação social, instrução popular e aperfeiçoamento da produção, indispensáveis ao progresso do país e essenciais para a constituição de sociedades harmônicas, adiantadas e felizes. Apesar de tudo, examinando-se imparcialmente a situação, é inegável que as nacionalidades sul-americanas já se acham, hoje, bem mais próximas de um estado de organização regular do que estavam há 50 anos. Algumas delas progrediram bastante para mostrar que são perfeitamente aptas a fazer-se tão cultas e prósperas como os tão citados países do Ocidente. O México e a Argentina são, atualmente, países mais progressistas que algumas das nações secundárias da Europa; têm uma indústria, uma instrução popular, uma atividade intelectual e uma vida econômica mais desenvolvidas que alguns dos países europeus de população equivalente. Outras, como o Brasil e o Chile, já se desabilitaram bastante dos levantes e conflitos armados, o que prova que esse estado de agitação guerreira não é um mal incurável nas outras nacionalidades. Convertidas, hoje, a sociedades pacíficas, é-lhes muito mais fácil promover o progresso e adotar costumes políticos livres e democráticos. Assim o queiram os que se têm como dirigentes.

Certo, o estado destes países novos não é, em nenhum deles, comparável ao da França, Alemanha ou Inglaterra, e, por isso, a alguns parece que eles não progridem. Pensem esses pessimistas no que eram as nações latino-americanas há 60 ou 80 anos atrás, e reconhecerão que, nas mais adiantadas e livres, o pouco de civilização que existe é conquistada dos últimos anos, e veio depois de venci da a resistência obstinada dos refratários. Em verdade, aqui, o essencial para o progresso não fora a independência, e sim o substituir-se um regime arcaico e opressivo por instituições livres e progressistas. Por isto, em certos pontos o progresso não começou ainda; mas, aí mesmo, uma vez *desembaraçada* de todo o caminho, a evolução será rápida, principalmente porque a massa da

população, em si, é menos conservadora, é mais maleável que nas velhas sociedades européias, com os seus costumes e tradições multisseculares.

Aqui estão duas afirmativas que parecem contradizer quanto ficou dito nas páginas anteriores, a propósito dos efeitos degenerativos do parasitismo sobre as colônias. Se o parasitismo produz a decadência – e é inegável que as nações metrópoles decaíram – e se às sociedades coloniais foram transmitidas, por educação e por herança, as qualidades, defeitos e virtudes das metrópoles, como é que se pode afirmar, agora, que estas sociedades não são degeneradas e decaídas, como é que se pode pretender que elas são, mais que nenhuma outras, aptas ao progresso?...

Expliquemo-nos. A aparente contradição é bem fácil de desembrulhar-se. Note-se, em primeiro lugar, que no parasitismo há o parasita e o parasitado, cujas condições são inteiramente diversas. É sobre o parasita que a decadência se manifesta; o parasitado sofre, não de uma degeneração propriamente dita, mas de um depauperamento. As colônias representavam o parasitado e, neste sentido, o parasitismo teve uma influência decisiva sobre elas. Há, entre a colônia e a metrópole, a mesma relação que há entre a classe de trabalhadores escravizados ou explorados e a classe dos senhores ou exploradores; o regime parasitário de uns sobre os outros se reflete sobre as duas classes, mas não da mesma forma. Os primeiros, os parasitados, enfraquecem, degradam-se às vezes, mas não é a degeneração – o aniquilamento das energias orgânicas e morais por falta de atividade – o que os assalta; é o esgotamento do organismo por fadiga, o enfraquecimento por escassez de alimentação etc. Esses parasitados, se um dia se libertam de tal regime, podem curar-se perfeitamente destes males, que não são, em si, constitucionais. O mesmo sucede às colônias: espoliadas, oprimidas, esgotadas pelas metrópoles, elas podem curar-se perfeitamente.

Todavia, ocorre lembrar a circunstância particular de que nesta forma parasitária, a vítima sofre não só os “efeitos gerais” do parasitismo, como os outros efeitos, “especiais”, devidos ao fato de que o parasitado deriva diretamente do parasita; é gerado e educado por ele. Neste caso, parece evidente que a degeneração do primeiro se deve comunicar ao segundo. Não; mesmo assim, não há a transmissão da degeneração propriamente dita. O organismo da colônia perturba-se, não há dúvida, pelo efeito do regime parasitário; adquire, mesmo, grande número dos vícios e defeitos sociais

que se desenvolvem por influência desse regime – tais são os vícios de caráter, longamente estudados na seção especial; mas não participa da degeneração integral que invade a metrópole. O que há de característico nessa decadência degenerativa é a inaptidão, a incapacidade manifesta do parasita para prover as suas necessidades pelos recursos naturais; habituou-se a viver à custa de outro, perde a faculdade de produzir, obliteram-se-lhe as faculdades de engenho, anulam-se os instrumentos de produção – eis a degeneração. Tal não pode suceder à colônia, pois ela é forçada, até, a produzir duplamente. Ao passo que, na metrópole, toda a gente aceita o parasitismo, se afeiçoa a ele, e tudo faz para conservá-lo; na colônia, uma grande parte – a maior parte mesmo das sociedades nascentes – protesta logo contra o regime, põe-se em oposição a ele, resiste, por conseguinte, à marcha degenerativa.

É verdade que, na sociedade colonial, esta parte da população sofre a influência indireta do regime e, por educação e por imitação, adquire certos hábitos de espírito, certas qualidades viciosas. É verdade, também, que, no organismo da colônia, existem certos elementos que representam diretamente a metrópole e participam imediatamente do parasitismo; são os elementos refratários – os resíduos ou remanescentes. Sim, tais elementos apresentam-se, sempre, decadentes, francamente degenerados; e é por isto mesmo que a luta pelo progresso é principalmente uma luta contra eles. Tais refratários, porém, formam a minoria; eles existem nas novas sociedades sul-americanas, como existem as classes parasitárias ou dominantes em todas as outras sociedades.

Finalmente, pode-se repetir, aqui, isso mesmo que já ficou dito a propósito das antigas metrópoles: o parasitismo social não é irredutível como o parasitismo biológico; os grupos parasitas se podem regenerar; tudo depende de que, uma vez reconhecida a causa da decadência, uma parte ao menos da sociedade se esforce por combatê-la – a essa causa –, desabitando-se uns da vida parasitária, contrariando as tendências, os hábitos e as tentativas desses que já não sabem nem podem viver, senão parasitariamente.⁸⁹ Eis o que é mister lembrar para responder à última das

⁸⁹ “(...) Nos parasitas sociais não há transmissão hereditária do parasitismo (...) O parasitismo social não acarreta modificações tão profundas como o parasitismo orgânico; o homem não *nasce* parasita, torna-se parasita. Todavia, essas modificações se fazem no mesmo sentido: a sociedade parasitada se enfraquece, o parasita degenera (...) Notemos que

objeções: mesmo quando essas novas sociedades estivessem de alguma forma contaminadas pela degeneração parasitária, isto não as incompatibilizaria, em absoluto, para o progresso. Seria preciso, apenas, corrigir, educar ou eliminar os elementos degenerados.

V

De fato, esses elementos existem, como existem em todos os outros povos, sem que se possa dizer, por isso, que a sociedade, em geral, está decaída. No que se refere a estas nacionalidades sul-americanas, é positivamente uma estultícia dizer como Gustave Le Bon: “Todas elas, sem uma só exceção, chegaram a esse estado em que a *decadência* se manifesta pela mais completa anarquia, e em que os povos só têm a ganhar em ser conquistados por uma nação bastante forte para os dirigir...”⁹⁰. O termo *estultícia* parecerá exagerado, mas é o que melhor corresponde ao disparate. Países decaídos!... Decaídos de quê?... Dar-se-á o caso de que algum deles, ao menos, já houvesse possuído uma civilização superior à atual, ou tivesse sido mais próspero, rico ou adiantado?.. Esta pergunta não acudiu nunca ao espírito deste terrívelíssimo filósofo; nem esta, nem outras que indiquem a curiosidade natural de quem deseja conhecer os objetos e os fatos, sobre os quais discorre. A América do Sul é um pedaço de mundo de que o sr. Le Bon se serve discricionariamente, ao sabor do momento, sempre que tem necessidade de um exemplo de nações ou povos absolutamente abjetos:

“Sujeitam-nos a um regime de ferro, único de que são dignos estes povos, desprovidos de virilidade, de moralidade, e incapazes de se governar”⁹¹. E, nestes termos, ele nos empresta os mais contraditórios defeitos e crimes. Repugna o dar atenção a conceitos como estes seus, que têm tanto de grosseiros como de vazios; mas, visto que é preciso citar o disparate, e deixar patentes as extravagâncias e a malevolência dos que nos assinalam como decaídos, nomeemos o Sr. G. Le Bon; é ele o mais

esta evolução para o parasitismo não é irreversível, a menos que se trate de degenerados...” J. Massart e E. Vandervelde, *Parasitismo orgânico e parasitismo social*.

⁹⁰ G. Le Bon, *Psychologie du socialisme*.

⁹¹ *Ibidem*.

categorico e completo na espécie; as suas afirmações dão bem idéia do valor e importância que se devem atribuir à opinião que elas exprimem.

São juízos feitos de injúrias. A ouvi-los, os americanos do Sul não prestariam nem para adubar as terras que ocupam... Não nos impressionemos por isto, e aceitemos a sociologia do homem pelo que ela vale; lembremo-nos de que, para ele, o nosso crime capital é que

(...) situados nas regiões mais ricas do globo, somos incapazes de tirar um partido qualquer destes imensos recursos (...) Ao passo que a grande República anglo-saxônia se acha no mais alto grau de prosperidade, as repúblicas hispano-americanas, apesar do seu solo admirável e das riquezas inesgotáveis, se acham no mais baixo da escala da decadência...

Não enriquecem! Por que não enriquecem?... Eis a preocupação única desse filósofo; não vê outra razão de proceder, nem outro liame entre os homens. À lembrança das riquezas, o entendimento se lhe obscurece por uma vez. Na fúria de exaltar os anglo-saxônios dos Estados Unidos porque enriqueceram, ele nem reflete que ali mesmo, ao lado, existem outros anglo-saxônios – no Canadá – que nem enriqueceram, nem prosperaram; vivem uma vida mais mesquinha, têm menos valor que o México, o Chile ou a Argentina. E por que razão, apesar de anglo-saxônio, o Canadá vale tantas vezes menos que os Estados Unidos?... O pobre homem não saberia responder.

Ele pertence a essa espécie de filósofos cuja inspiração é a inveja e cujo ideal é a riqueza, espécie que há 30 anos quer fazer escola na própria França. São indivíduos nos quais o espírito quase não vê o que a mão alcança e para quem o progresso humano se mede exclusivamente pelas toneladas de exportação, pela extensão dos domínios coloniais, pelo número bruto de habitantes: “Em 1787, a Grã-Bretanha tinha 9.600.000 habitantes, a França 26.300.000; o orçamento da Grã-Bretanha era de 391.250.000 francos, o da França de 600 milhões; hoje, os povos falando inglês, sem contar os povos conquistados, chegam a um total de 101 milhões, ao passo que o povo francês atinge, apenas, a cifra de 40 milhões”. Com os anuários comerciais em mão, tais filósofos esvaziam todos os problemas sociais... Para os Le Bon, Cumplowitz e outros, a teoria do progresso assim se resume: a força é o instrumento único; a riqueza é o sucesso; o fim, a consagração; nem tréguas aos fracos, nem esperança para os infelizes... É

em nome desses princípios que eles, passeando os olhos pelos povos, dão a palma da excelência aos alemães e anglo-saxões, principalmente a estes últimos, que, além de mais fortes, são os mais ricos. Obcecados pela inveja, fascinados pela grandeza dos Estados Unidos e da Inglaterra, eles não compreendem que “progredir” possa ser outra coisa senão adquirir uma situação comparável à desses dois países; e, por um raciocínio mais curto que o de um lagarto, concluem – “só há um meio de progredir, é ser como os anglo-saxões; o povo que se não anglicizar está decaído... Façamos como os ingleses!...” Imaginemos os filósofos e políticos do passado, os sociólogos do futuro, raciocinando pelos mesmos processos!... Em tempo, era Roma a senhora do mundo – adotem todos os povos a alma dos romanos; um dia, Roma desapareceu, e agora?... Viviam mesquinhos os árabes, não eram contados, quase, entre os povos; veio a sua vez, levantaram-se e fundaram um império que foi, no momento, o mais rico, o primeiro – sejam como os árabes!... Sete séculos depois, em 1450, Espanha e Portugal eram sem importância; em 1600 possuíam quase metade do mundo e riquezas sem conta, exércitos que atravessaram a Europa, armadas soberanas no mar – façamo-nos espanhóis e portugueses!... Um século passa, e é a França quem se impõe à Europa, é a primeira – depressa! depressa! sejamos como os franceses!... Em 1750, a Inglaterra, pobre e acanhada, não seduzia ninguém; em 1850, é a mais rica e poderosa – sejamos ingleses!... E, daqui a 50 ou a 60 anos, que é que devemos ser?... Em 1870 só havia a Inglaterra no mundo – era única: poder, riqueza, comércio, domínios... a França, vencida, malferida; a Alemanha, sem comércio, sem indústria, sem marinha; a Rússia, no seu nimbo de orientalismo, quase bárbara, valia menos que a Alemanha; a Itália começava a existir; o resto da Europa não se contava; os Estados Unidos, ofegantes, sangrando ainda pela terrível luta civil, apareciam sob o aspecto caricatural que a imprensa européia lhes fizera... Era a Inglaterra só, impávida, a desprezar o mundo, no seu majestoso isolamento. O orgulho britânico formulou, então, o célebre programa de política exterior: nada de alianças; a sua marinha é superior à de todas as outras nações reunidas... Passam-se apenas 30 anos: a França cria um domínio colonial que entesta com o da Inglaterra por toda a parte, quase; a Alemanha arrebatou-lhe o comércio, e corta os mares com as suas linhas de navegação; a Rússia destrói-lhe a onipotência no Extremo Oriente, obrigando-a a ir solicitar o apoio e a aliança do Japão, ontem ignorado, hoje primeira potência; os Estados Unidos arrancam-lhe o resto do comércio que os alemães ainda lhe

deixam, batem-na industrialmente, produzindo melhor e mais barato; a Itália desdobra linhas de vapores e constitui uma marinha que fará sombra às esquadras britânicas do Mediterrâneo; e, hoje, qualquer coalizão de grandes nações baterá a Inglaterra no próprio oceano... Em terra, 250 mil bôeres desprestigiaram, durante três anos, todas as forças de campanha da Grã-Bretanha, e ainda os socorros que lhe vieram da Índia, Austrália, Canadá!... Naturalmente, todos esses povos se fizeram anglo-saxões... à proporção que os ingleses se vão *desanglicizando* – é a única explicação possível, segundo as doutrinas desses pobres filósofos, que, no entanto, fazem escola. Não é sem razão que um latino de sangue replica em tom veemente: “Porque a Inglaterra está farta e rica, não vamos nós latinos condenar o nosso gênio e curvar a cabeça, aceitando como ideal de progresso a utilidade prática!...”.

Os Le Bon sorriem destes *sentimentalistas* e *latinos* incorrigíveis; e, agora, é que proclamam alto o seu ideal: a fortuna, os cabedais acumulados, muito comércio, filas de cifras... Riquezas! Riquezas! ainda que sejam o fruto das piores violências e injustiças. Veja-se, por exemplo, o tom com que, lá do alto da sua filosofia, ele menospreza todos esses “ditirambos sobre o direito e a justiça”, que, no seu entender, têm tanta influência sobre o progresso *como os açoites de Xerxes* sobre o mar. Em compensação, pobre filósofo! para basear uma sociologia sobre essas doutrinas imorais, ele cai em tais contradições, que faz pena, até, acentuá-las; dão a impressão de uma inconsciência sem remissões, e levam-no a fazer prognósticos capazes de o cobrir de ridículo, ainda que as suas teorias tivessem a originalidade de um Nietzsche, ou a beleza moral de um Tolstoi⁹². A sua lógica, tão curta como o senso moral que a inspira e a ciência histórica que a fortalece, expande-se num intrincado laborioso – disparates por entre contradições, inverdades cruzando-se com absurdos e imoralidades. A propósito das repúblicas sul-americanas, diz ele, no começo dessas duas páginas que lhes consagra no capítulo VII: “As guerras civis são permanentes”, e, cinco linhas adiante, garante que alguns milhares de

⁹² Referindo-se aos ingleses, em cujas instituições só descobre maravilhas, faz Le Bon um grande elogio dos “exércitos profissionais, tais como este de que se contenta a Inglaterra e com o qual ela domina o mundo...” Isto escreveu ele em 1898; nem de propósito, um ano depois, o referido exército era batido e escoraçado no Sul da África por alguns milhares de *burghers* camponeses, que nada tinham de *profissionais* (*op.cit.*, p.390).

homens seriam bastantes para “realizar a conquista fácil” destas mesmas nações, cujas populações estão assim afeitas à guerra permanente. Continuando a sua objurgatória, ele chega a esta extraordinária conclusão: “Elas conseguiram subtrair-se por meio de revoluções ao sombrio governo dos monges e governadores ávidos... mas o subirem era-lhes impossível, porque os monges se tinham encarregado, há muito tempo, de *suprimir todos os espíritos tendo manifestado qualquer traço de independência ou de inteligência*”. De forma que, não obstante o terem sido suprimidos todos os espíritos onde havia qualquer traço de independência, ainda houve espíritos com traços de independência bastantes para revoltar-se e sustentar uma luta violenta por dez anos até conseguir subtrair-se a esse sombrio governo. Nessas mesmas páginas, ele condena sumariamente as nações sul-americanas “porque ainda não se refizeram e não se reconstruíram completamente, eliminando os vícios todos desse passado sombrio”, e no Prefácio do livro diz que: “a reconstituição de uma sociedade é sempre muito lenta, e precisa séculos de esforços”.

Só não o abandona a coerência quando ele conclui pela condenação formal do altruísmo e da sociabilidade nas relações dos homens entre si; se são forçados a viver juntos, ele quer que não haja outros móveis sociais além do interesse refletido, o egoísmo coletivo; tudo mais considera funesto ao progresso. Não lhe digam que as sociedades sedentárias, as mais cultas, hoje, se desenvolvem justamente pela influência do altruísmo; afirma que é mentira, ou que, pelo menos atualmente, esses dotes são de todo “inúteis, antes prejudiciais”. E volta a citar essa Inglaterra, onde “a ausência de escrúpulos é às vezes completa... Para eles – os ingleses – os outros povos não existem”, tal é o seu comentário elogioso. Transpondo o Atlântico, vem buscar esses ingleses americanizados, reforçados na intrepidez do ianque, e fica maravilhado: “Nunca se viu sociedade onde o fraco seja mais implacavelmente esmagado”, e reconhece que “são, evidentemente, inconvenientes necessários”. A riqueza da grande república revela-lhe o estado definitivo das sociedades, o termo das aspirações civis e políticas; ela, a riqueza, encerra em si todas as soluções; aumentem-na até “ser tal que a nação possa entreter um exército de mercenários, e que, assim, não tenha mais nada a temer de ninguém. Não considero”, continua ele, radiante do seu achado – “não considero como irrealizável no futuro tal hipótese”. Para que lembrar à memória enfraquecida do pobre filósofo que Roma já teve às suas ordens a riqueza de todo o mundo para pagar mercenários?...

Afora essa preocupação de riqueza e a devoção pela força, não há mais nada na sua sociologia. Enriquecer, dominar, estender-se; nem moral, nem justiça, nem direitos, nem ideais, nem crenças de nenhuma espécie: “Os limites dos direitos dos povos são medidos pela força de que eles dispõem para os defender”, afirma sem nenhuma intenção irônica. Amontoa volumes de dissertações sobre a civilização, o progresso e as coisas sociais, e nem uma palavra pelos fracos e infelizes, nem um gesto de horror pelas injustiças, nem um grito de humanidade, nem vestígio de uma tendência altruística!... No entanto, eis aqui páginas e páginas dedicadas às suas filosofias e extravagâncias anti-sociais, por quê? Porque era preciso fechar essa discussão sobre as condições atuais das sociedades sul-americanas, e mostrar a importância que se deve atribuir a essa última asserção, de que “estamos condenados e fora do progresso, por sermos gentes decaídas e essencialmente incapazes de cultura social”.

Concluamos.